Volume
346

Jornal da Constituinte

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 6 a 12 de julho de 1987 — Nº 6

São quase seis mil emendas. Agora, é enxugar novamente

Reynaldo Stavale/ADIRP

Bernardo Cabral (c) recebe as emendas: da esquerda para a direita, o diretor do Prodasen, Sérgio Otero e os relatores auxiliares Adolfo Oliveira, Nelson Jobim e José Ignácio

Quinta-feira, meia-noite. Encerrava-se o prazo para a apresentação de emendas ao primeiro esboço completo da Constituição. Os 501 artigos receberam, computadas, 5.607 emendas, dos mais diferentes tipos, modificando a redação, normatizando dispositivos, adequando preceitos e até mesmo alterando o mérito, ou seja, a essência do projeto. Este último é o ponto polêmico, que provocou debates durante toda a semana na Assembléia Nacional Constituinte. Uma interpretação estrita dos termos regimentais impedirá que, nesta etapa, a Comissão de Sistematização possa acatar emendas que alterem as sugestões oferecidas pelas comissões temáticas. O primeiro anteprojeto tentou adequar e compatibilizar quase 2.600 dispositivos e chegou-se, nesta fase, aos 501 artigos. Todas as lideranças elogiaram o esforço da Comissão e, em particular, o do relator Bernardo Cabral, mas, como é natural num processo indutivo, construído do particular para o geral, muitas arestas permaneceram. As questões candentes, como sistema de governo, reforma agrária, direitos dos trabalhadores, capital estrangeiro e outras, não sofreram grandes modificações. Muitos constituintes acham que eles devem ser predefinidos agora. Outro número, igualmente expressivo, pretende remetê-los para o plenário. Esta é a grande questão dos próximos dias.

Constituintes debatem a crise atual
(Páginas 12 e 13)

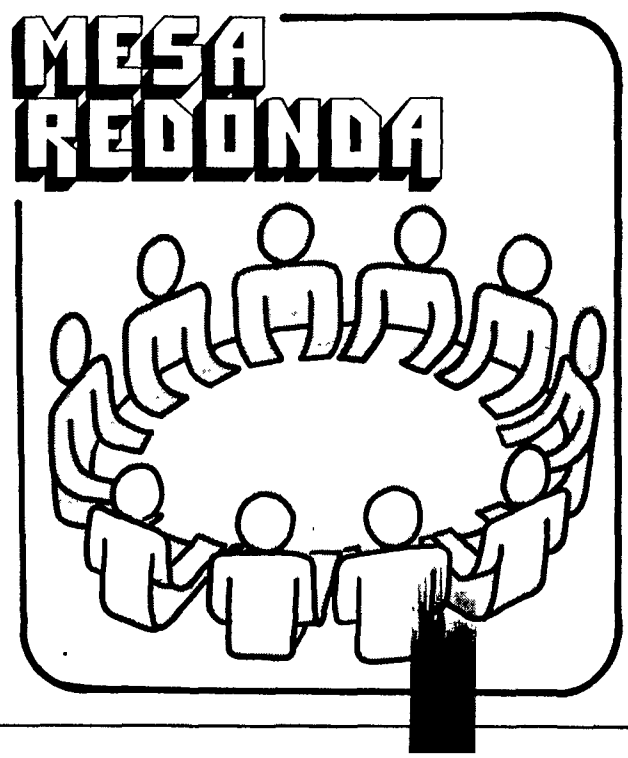
Consumir, sim. Mas com normas
(Páginas 8 e 9)

É o último prazo para você emendar
(Página 7)

A sociedade continua pressionando
(Página 16)

Negociar é o caminho para o texto final

O caminho é a negociação. Não há um só ponto no debate constituinte que seja marcado por total intransigência. Este foi o consenso a que chegaram os parlamentares convidados pelo **Jornal da Constituinte** para abrir uma série de encontros de avaliação dos resultados e acompanhamento da ANC. De diferentes partidos e tendências, experientes e estreantes, foram unânimes em apontar a necessidade de uma Constituição progressista, não no sentido ideológico, mas voltada para a modernidade e como instrumento para reduzir as distâncias "abismais" que marcam a sociedade brasileira. O debate, coordenado pelo deputado Marcelo Cordeiro, primeiro-secretário da Constituinte, está nas páginas 3, 4, 5 e 6.



A previdência

Quero que a Constituinte garanta espaço aos aposentados e pensionistas, que tanto reclamam "os benefícios" da Previdência Social, na sua maioria marginalizados e abandonados à própria sorte.

Conseguimos a aprovação de alguns itens, como a média de 12 meses e não mais de 36 meses; a conversão inicial do benefício em número de salários mínimos, para que nunca mais seja reduzido o valor inicial; nenhum benefício inferior a um salário mínimo; proibição de acumulação de aposentadorias; a contagem do tempo de rural na previdência urbana e vice-versa; a criação obrigatória de um cadastro para concessão de benefícios.

Mas a Previdência está fazendo pressões para que essas medidas sejam alteradas, alegando que não teria recursos para cumprir.

É, acima de tudo, pouco caso, pois sabemos que a Previdência tem em caixa uma gama de recursos das mais elevadas, e Previdência não existe para dar lucro, essa mesma Previdência que quer liquidar débitos (anistiar) de clubes de futebol e escolas particulares.

Mas as conquistas são poucas; precisamos mais, igualar as pensões às aposentadorias, garantir os reajustes dos aposentados iguais aos dos trabalhadores da ativa.

Respeitar os aposentados e pensionistas, que tiveram os benefícios reajustados em maio com retroatividade a abril. Só serem pagos, parte, em julho, quando muitos aposentados estão morrendo de fome, causa do único gatilho que a Previdência tem usado, pois fica mais barato o Ministério pagar auxílio-funeral do que continuar pagando o benefício.

Não entendo como os computadores do Governo, que servem rapidamente para processar jogos, demoram tanto para processar benefícios.

É preciso que todos se unam em associações, entidades, nas suas cidades, para que, na hora importante, representantes estejam acompanhando a votação e brigando pelos seus direitos. Não se pode continuar negando direitos a quem deu tanto por este País. Vamos à luta!

Constituinte Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte

Entendimento é necessário

A Assembléia Nacional Constituinte começa a viver, a partir desta semana, uma nova etapa. O relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, apresentará ao Plenário da Assembléia Nacional cerca de cinco mil emendas ao anteprojeto de Constituição. Fará, também, avaliações sobre as emendas, assim como dará pareceres sobre o caráter de cada uma delas.

Sem dúvida, o processo constitucional ganha, com esta nova fase, novo impulso, enriquecendo-se e ordenando-se no sentido de encontrar um texto constitucional compatível com a realidade e as necessidades do Brasil de hoje.

O mais fascinante e compensador é que, paralelamente a esse trabalho, crescem as rodadas de negociações sobre os temas polêmicos da Constituinte, vencendo preconceitos e sectarismos. Exemplo vivo desta iniciativa, que volta a colocar a prática do diálogo político em primeiro plano, dando-lhe grandeza, dignidade e consistência, foi o debate promovido pelo **Jornal da Constituinte** entre parlamentares de diferentes partidos e tendências. Dele participaram o Senador Jarbas Passarinho (PDS — PA) e os Deputados Roberto D'Ávila (PDT — RJ), Octávio Elísio (PMDB — MG), Plínio Arruda Sampaio (PT — SP) e Lúcio Alcântara (PFL — CE), além deste primeiro-secretário.

Foi uma reunião histórica e dela ficou a certeza de que é possível chegar-se a uma Carta Constitucional progressista, que dê sustentação a um desenvolvimento mais justo do ponto de vista social, mais humano e menos agressivo, onde as diferenças entre brasileiros não sejam tão gritantes, e a soberania nacional não venha a ser mais arranhada.

Constituinte
Marcelo Cordeiro
Primeiro-Secretário da ANC

O preço do casuísmo

Se a Comissão de Sistematização não tiver êxito em sua missão de enxugar o texto constitucional, seremos candidatos a campeões de pesos e volumes, dentre todas as Constituições existentes no mundo. Numa primeira avaliação, o órgão de processamento de dados do Senado Federal identificou cerca de 900 diversos artigos e incisos, decorrentes dos anteprojetos das Subcomissões em que se desdobram as Comissões Temáticas da Constituinte. Agora, com os anteprojetos finais dessas comissões, o número baixou. São mais de 500 artigos, muitos deles com inúmeros incisos, a avolumar enormemente o texto. Para ter-se uma idéia da "fúria legiferante constitucionalista", basta dizer que a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, responsável por um ou dois capítulos da futura Constituição, tem 158 artigos, enquanto toda a Constituição alemã não passa de 147...

Tenho para mim que não se trata apenas da "fúria legiferante". A causa me parece outra, que está ligada igualmente à tentativa de implantar o parlamentarismo, já a partir do ano próximo. Ela está no fato de a maioria, especialmente a esquerda do PMDB, não ter absorvido e menos ainda absorvido o Presidente José Sarney. Não o absolveu de ter sido presidente do PDS ("O povo não esquece/Sarney é PDS") e, por acidente histórico, ser o Presidente da República. Não o absorveu, em conseqüência, no PMDB, ao qual ele pertence por força de circunstâncias, pois se não integrasse o PMDB não teria podido ser candidato a vice-presidente na chapa encabeçada pelo saudoso Dr. Tancredo Neves. Não havendo confiança no Presidente, a maioria pretende colocar desde logo na Constituição tudo o que lhe for possível colocar, já que se deixasse, como seria natural e lógico, a matéria para ser regulada na legislação ordinária, poderia vir a sofrer o veto presidencial.

O medo do veto é a razão primordial a explicar o fato insólito de pretender-se colocar na Constituição uma série considerável de artigos que, a rigor, lá não deveriam estar, pois constituem matéria compatível com a legislação ordinária, ou no máximo complementar. Assim, por exemplo (e para ficar apenas em um, dos muitos citáveis) o que se contém no anteprojeto da Ordem Social, com relação aos direitos dos trabalhadores. Parece que se busca transformar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em texto constitucional. Além da enumeração de princípios, o que é compatível com a Constituição, chega-se ao elenco de direitos, regula-se o trabalho noturno, duração da jornada e da carga semanal, proibição de serviço extraordinário, prazo de férias anuais, proteção ao trabalho do menor e da mulher e assim por diante, matéria toda ela constante atualmente da legislação ordinária. Não é por acaso, pois, que também essa Comissão, que teve nosso Senador Almir Gabriel como relator, oferece um texto com 120 artigos, que certamente seriam ainda em maior número, se o relator não tivesse conseguido reduzi-los. Ora, 120 artigos é praticamente a média de artigos de Constituições de países democráticos estáveis. Nós, só para um capítulo, temos a perspectiva de 120 artigos! Fica evidente, portanto, que o Constituinte atual deseja assegurar-se de que não será vetado, uma vez decidido o assunto pela Constituinte. Essa preocupação, insisto, deriva da falta de confiança, em última análise, no Presidente da República, que, no caso de legislação ordinária, tem direito a veto.

O neoparlamentarismo chamado é outro exemplo da não absorção do Presidente Sarney, pela maioria, que parece disposta a retirar-lhe os poderes, podando-os, transformando o Presidente em figura decorativa, em certos casos com menos prerrogativas que a rainha da Inglaterra. Trata-se, no caso de transferir o Poder Executivo para um primeiro-ministro, que se encarregará de governar o País. Deixa-se o Presidente com algumas atribuições honoríficas e dá-se ao primeiro-ministro, a ser designado dentre os Membros do Congresso, a responsabilidade de governar. Para ficar ainda bem mais clara a intenção, pretende-se um parlamentarismo capenga, com o rótulo de neoparlamentarismo, no qual o Presidente da República não pode dissolver a Câmara dos Deputados. Ora, o parlamentarismo pressupõe a possibilidade de a Câmara derrubar o governo, através da negação do voto de confiança e, paralelamente, a prerrogativa do Presidente de dissolver a Câmara, quando se der o impasse para a formação do governo. Tirando-se do Presidente essa atribuição, não existe o equilíbrio que todo regime parlamentarista tem como característica fundamental.

Veja-se o que acaba de ocorrer em Portugal e na Itália, que tiveram seus Parlamentos dissolvidos e convocadas eleições gerais. Isso é parlamentarismo. O que se quer fazer no Brasil é uma destruição branca do atual Presidente da República, a quem se tolera que "confira condecorações e distinções honoríficas", ou "conceda indulto ou graça", caso em que, aliás, se prevê a hipótese de delegação, pelo Presidente, como atribuição, ao primeiro-ministro...

Quando Dom Pedro I abdicou em favor de seu filho Pedro de Alcântara, que era menor de idade, estabeleceu-se a regência.

Ao que parece, os que desejam esse tipo de parlamentarismo consideram o Presidente Sarney como ainda não politicamente maior, e por isso desejam dar-lhe um regente, saído das hostes da maioria no Congresso, e que tanto pode ser o Dr. Ulysses Guimarães como a nova estrela da esquerda do PMDB, o Senador Mário Covas.

Pena é que, tendo-se a oportunidade de fazer uma Constituição duradoura, pague-se o preço do casuísmo.

Constituinte
Jarbas Passarinho,
Presidente do PDS

EXPEDIENTE

JORNAL DA CONSTITUINTE — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:

Presidente: — Ulysses Guimarães; 1º-Vice-Presidente — Mauro Benevides; 2º-Vice-Presidente — Jorge Arbage; 1º-Secretário — Marcelo Cordeiro; 2º-Secretário — Mário Maia; 3º-Secretário — Arnaldo Faria de Sá. Suplentes: Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO:

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso Martins de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Alves Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Adelmar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto

Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel Vilela de Magalhães.
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves e Felipe Queiroz
Ilustração — Gaetano Ré

EQUIPE:

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Paulo Domingos R. Neves, Carmen Vergara, Ana Beatriz Mendes Cleto, Regina Moreira Suzuki, Juarez Pires da Silva, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Júlio César Roffé, Antônio Lopes Batista, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, May Wolf, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Vieira Bomfim, João José de Castro Júnior, Eurico Schwinder, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Reinaldo L. Stavalle, Benedita Rodrigues dos Passos, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna, Paulo Roberto Cardoso Miranda, Eduardo Augusto Lopes e Nelson Maranhão Neto.

Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

REDAÇÃO: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP — 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569 — **Distribuição gratuita**

"Um microcosmo representativo daquilo que poderá ser o Plenário final da Constituinte." Foi assim que o Senador Jarbas Passarinho definiu o primeiro debate realizado pelo **Jornal da Constituinte,** para uma avaliação e um acompanhamento dos resultados da Constituinte, depois de cinco meses de atividades. E do encontro nasce uma esperança. Quase uma certeza. Reunindo parlamentares novos e experientes, de partidos e tendências diferentes, concluiu-se não haver um só ponto que provoque a intolerância, que não seja objeto de negociação.

Sob a coordenação do primeiro-secretário da ANC, Marcelo Cordeiro (PMDB — BA), participaram da mesa-redonda os constituintes Octávio Elísio (PMDB — MG), Plínio Arruda Sampaio (PT — SP), Roberto D'Ávila (PDT — RJ), Jarbas Passarinho (PDS — PA) e Lúcio Alcântara (PFL — CE).

No exame do anteprojeto da Constituição, copilado pela Comissão de Sistematização, desde as fases anteriores, em que todos os constituintes expressaram suas convicções, os debatedores admitiram que ele reflete não só a grande ansiedade de participação, mas, sobretudo, a diversidade da sociedade brasileira. Mas é apenas um esboço. Garantem, porém, que é desse quadro de diversidade, de incongruência mesmo, que nascerá a criatividade. A unanimidade dos debatedores entende que o texto final terá de passar, obrigatoriamente, pela negociação, por um acordo que desarme as paixões políticas e que tenha em mira o grande pacto político nacional.

Do encontro, um outro consenso: o de que a nova Carta terá de ser progressista — não no sentido ideológico, mas voltada para o moderno, que avance sobre todas as Constituições que o Brasil já escreveu.

ENTENDIMENTO

O Primeiro-Secretário da Constituinte coordenou o debate que se revelou uma espécie de "microcosmo" do que será o grande Plenário

Marcelo Cordeiro — Temos cinco meses de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, onde foi aplicado um mecanismo, uma concepção regimental que se baseia na atomização dos trabalhos. Iniciados com 24 subcomissões, reduziram-se depois para oito comissões temáticas, e estamos, neste momento, diante de um anteprojeto da Comissão de Sistematização que representa uma copilação do que fora produzido nessas fases anteriores. Sugiro aos debatedores que examinemos o que foi a Constituinte até agora. A aplicação desses métodos, seus resultados, suas virtudes e seus equívocos.

Peço que inicie os debates, pela ordem de experiência parlamentar, o Constituinte Jarbas Passarinho.

Jarbas Passarinho — Agradeço, em primeiro lugar, a gentileza. Não pela experiência parlamentar, mas pelo fato de esconder a sua preferência pela idade. Talvez seja um pouco polêmico o que eu vou dizer, mas acho que, nesses cinco meses, poderíamos ter produzido muito mais, se tivéssemos tido a aprovação daquela iniciativa da grande Comissão, aquela idéia que levou a uma revolta de grande parte dos constituintes, pois não se consideravam constituintes de segunda categoria. Na minha bancada, quando apresentei um projeto de regimento, os deputados vieram me dizer que não eram subdeputados para pertencerem as subcomissões. E acabaram todos nas subcomissões, onde foi realizado um trabalho de "pente grosso", de filtro... De qualquer modo, foi objeto de intensa atividade. Infelizmente, nem sempre bem reproduzida na imprensa, que se preocupava muito mais com o plenário na hora do chamado "pinga-fogo" do que, propriamente, com os trabalhos em que todos nós estávamos envolvidos. Acho que o trabalho foi produtivo, nesses cinco meses, se produziu um resultado bastante razoável e a prova é que temos hoje um anteprojeto que vai ser aprovado como projeto de Constituição a ser apresentado pela Comissão de Sistematização, visando, apenas, à consolidação dos textos. E, naturalmente, agora, nós teremos os conflitos de opinião, os conflitos de idéias muito mais presentes. Acho que, para considerar uma análise do que se vem fazendo, poderia dizer que o trabalho tem sido produtivo. Até agora.

Plínio Arruda Sampaio — Quero dizer que discordo frontalmente do que disse o senador. Fui, aliás, um dos responsáveis pela adoção do método escolhido. A tendência, ao se fazer uma Constituição, em todos os países, é sempre partir do global, de um projeto que tenha uma coerência, um todo. E depois, nos debates, é introduzido o particular, o específico, mas já se tem um arcabouço que, de certa maneira, condiciona e elimina o debate. Neste sistema, certos temas são praticamente eliminados dos debates. O método seguido por nós foi um método que eu diria até indutivo. Vamos do particular para o geral, e o particular surgiu como ele é na vida, caótico. Surgiu como ele é, contraditório, às vezes até assustador. Tivemos a fase das audiências públicas com o povo, nas subcomissões, e, depois, a fase de todos os deputados, mesmo aqueles que não tiveram uma formação jurídica, ou de legislador nesta Casa, que também é uma formação jurídica. Esses deputados usam uma terminologia que não é técnica, colocam termos na Constituição que são ambíguos, que não cabem num texto constitucional, mas, de toda maneira, eles jogaram o sentimento, a aspiração do povo, e mostraram as contradições que existem na sociedade brasileira. Acho que o grande mérito desta fase é a sua incongruência, é a contradição.

Jarbas Passarinho — Se V. Exª me permite, onde este debate seria impedido de aparecer, a partir do trabalho de uma grande Comissão...

Plínio Arruda Sampaio — Porque começa a consertar a partir de um trilho dado. Este método, senador, não é adotado só aqui, não. Em toda e qualquer assembléia popular na periferia de São Paulo, presentes trezentas, quatrocentas pessoas, se juntam e depois fazem os círculos, que é para todo mundo poder falar. O problema do Brasil é que só nós falamos. No Brasil, é somente uma elite que fala. E em todo lugar é assim. Até aqui na Constituinte tem alguém que fala mais e que condiciona a fala dos outros. Agora é a fala caótica do Brasil, a fala desordenada, e é ela que nos vai obrigar agora a uma coisa fantástica, vai nos obrigar a negociar em função de uma realidade contraditória, difícil, de um texto inviável — este texto é inviável —, e é por isso que vai me obrigar a sentar com o senhor, se queremos viver no mesmo País.

Jarbas Passarinho — Naturalmente, a intervenção é muito inteligente. Mas, para mim, insisto em que, se não fosse a vaidade das pessoas de não quererem ser chamadas de subdeputados ou subsenadores, nós teríamos partido de um documento prévio. Poderia ter sido objeto de uma discussão ampla e sistemática, aberta, com a participação efetiva do povo e sem o caráter repetitivo, porque tivemos o caráter repetitivo. Viemos das subcomissões, passamos às comissões, com os mesmos assuntos. Só não temos agora, na Sistematização, uma terceira etapa repetitiva porque, felizmente, o Regi-

➡

mento previu, no seu artigo 14, que as emendas apresentadas são apenas de adequação, se não teríamos o mesmo problema reproduzido, o que me parece que seria uma perda de tempo. Mas sou vencido, e este problema não adianta mais ficar discutindo.

Plínio Arruda Sampaio — Mas eu queria ganhar o peso de seu prestígio, nesta Casa, pelo respeito que tenho pelo senhor, para essa idéia, para que veja esse outro aspecto. A idéia de que as discussões ordenadas supõem uma homogeneidade que não há na sociedade brasileira.

Roberto D'Ávila — O meu espírito conciliador me diz que ambos têm razão. A proposta do senador Passarinho seria muito mais prática e mais rápida, e, talvez, até mais objetiva, no sentido de conseguirmos as soluções que procuramos. Mas acho que o deputado Plínio Arruda tem mais razão, até porque esse caos que ele bem colocou, num texto muito caótico mesmo, é fruto deste Brasil destroçado, que vivemos depois de vinte anos de autoritarismo.

Jarbas Passarinho — Estou cansado desse discurso. Ainda passaremos mais vinte anos falando dos vinte anos passados.

Roberto D'Ávila — O Brasil hoje está vivendo a ressaca do autoritarismo, e é natural que isso aconteça. Eu mesmo e outros colegas aqui, mais jovens também, vivemos à margem desse processo no nosso tempo de estudante. Então, acho que essa catarse foi muito produtiva. Agora chegou o momento de negociar, de se sentarem a uma mesa todas as tendências, e aqui essa mesa reflete bem esse espírito. Temos, agora, apenas que agilizar isso. Quer dizer, a Constituinte é caótica porque vivemos numa sociedade caótica. E a Constituinte não é um aquário. Não estamos aqui num aquário, fora dos imensos problemas que estão surgindo aí fora. Então concordo com o senador Jarbas Passarinho. Talvez tivesse sido mais produtivo, mas acho que para o Brasil foi positivo esse caos tão bem colocado pelo Plínio Arruda Sampaio. Foi produtivo, porque é do caos e da crise que vai nascer a criatividade.

Lúcio Alcântara — Quero acrescentar algumas colocações que me vieram à mente neste instante. Uma é que nesse caos, onde se reflete, de certa maneira a pluralidade da sociedade brasileira e as grandes disparidades que existem de toda a ordem, social, econômica e cultural, regional e assim por diante. E o caos ainda se tornou maior, no meu entender, por uma razão: é a grande renovação do Parlamento. Chegamos aqui junto com vários colegas que nunca tiveram qualquer experiência na vida pública. Isso, num primeiro momento, criou também uma imagem muito negativa da Constituinte, partindo daqui de dentro, porque eles, inadaptados a essa vida parlamentar, sentiram-se frustrados, de certa maneira, negando inclusive os compromissos assumidos nas suas campanhas e produziram então justamente isso que o senador Jarbas Passarinho lembrou, essa rebelião contra a idéia da grande Comissão, no sentido de que queriam participar.

Plínio Arruda Sampaio — Foi o maior treinamento para deputado novo...

Roberto D'Ávila — Particularmente estou vivendo aqui a parte mais fascinante de minha vida, que é este contato com o Parlamento e discussões. Não vivi uma experiência tão fascinante quanto esta.

Lúcio Alcântara — Só para terminar. Isso gerou, no primeiro instante, uma grande decepção com a Constituinte, sentida na rua e em todo lugar porque também havia expectativas da sociedade que talvez não sejam correspondidas nem a curto e talvez nem a médio ou longo prazo. Dessa forma terminou, no meu modo de entender, mostrando-se útil, a forma de se fazer a Constituição. Acho que o grande desafio, agora, está nesse processo de negociação e de se enxugar o texto, reduzir, porque isso também reflete um traço da cultura brasileira. Cada corporação, cada segmento, cada um, quer colocar aqui os seus direitos na Constituição. Por que isso? Porque o Brasil tem uma tradição de descumprimento da lei, de inobservância de princípios legais, de não regulamentar aquilo que está ou estava nos textos constitucionais anteriores...

Jarbas Passarinho — Por medo de que o Presidente da República vete a lei ordinária.

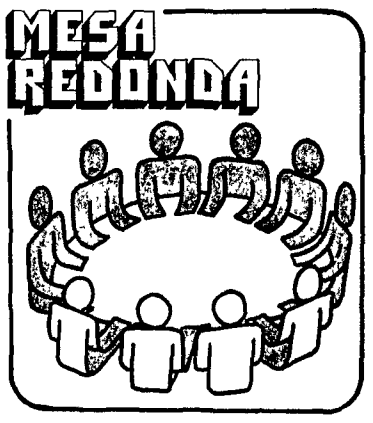
Lúcio Alcântara — Então, cada um acha que só se garante alguma coisa colocando-a na Constituição.

Marcelo Cordeiro: "Os problemas que o Anteprojeto de Constituição gerou são justamente os indicativos das soluções"

Jarbas Passarinho — Vamos ser então os campeões de pesos e volumes. (Risos.)

Marcelo Cordeiro — Vou fazer uma intervenção, na primeira rodada. Queria destacar que todos estão com medo desta palavra, "negociação". Queria também introduzir essa questão do "progressismo" e "conservadorismo", essa coisa de matizar o processo, numa tentativa de aprisionar nesses dois modelos, muito vagos do ponto de vista ideológico, essa questão da elaboração constitucional.

Octávio Elísio — Eu mesmo estou muito entusiasmado com o processo que definimos para elaborar a Constituição. Acho que a reação quando nasceu uma grande Comissão, senador Jarbas Passarinho, não foi tanto interna. Percebemos isso no meio da própria sociedade. havia o medo de que, instituída a Comissão Afonso Arinos, os constituintes viessem apenas para referendar um projeto constitucional já existente. O fato



é que havia reação ao "prato-feito" da Constituinte.

Jarbas Passarinho — Exatamente, este é o ponto. Esqueceram-se de que não se partiria de um processo como o projeto de 1967, nem do de 1946. Porque a situação do Brasil mudou, e essa participação popular seria perfeitamente visível, a partir do desdobramento da grande Comissão. Agora houve um aspecto importante aí, que é o seguinte: é o problema de que temos também, a nível de tradição legislativa, uma valorização do plenário em detrimento das comissões.

Octávio Elísio — A estratégia que adotamos de elaboração do texto levou a uma credibilidade da Constituinte junto à sociedade. A sociedade veio aqui para dentro e participou daquilo que existiu nos nossos discursos de palanque, de que a Constituição só tem sentido se elaborada com a participação da sociedade. Isso foi levado na prática especialmente no trabalho das subcomissões. Não tenho nenhuma dúvida de que trouxe para cá uma sociedade organizada com os seus conflitos e com as suas reivindicações corporativas. Daí a loucura do texto. É uma valorização de processo, porque levou essa participação importante. E, acima de tudo, porque estamos elaborando um texto onde todas as dificuldades, todos os problemas que estão aqui, são decorrentes desse processo simples. Mas acho que teremos, através da negociação, um texto que seja viável, um texto onde a contradição da sociedade seja colocada para discussão em uma mesa, onde tenhamos a competência de definir diretrizes. Não é possível fazer uma Constituição onde não estejam presentes o empresário e o trabalhador. Esse o problema que a negociação tem de resolver.

Roberto D'Ávila — Todos nós colocamos a palavra negociação. A negociação leva ao consenso. Acho que todos sabemos, e não há uma discrepância nesse sentido, que a Constituição não é um jogo de ganha e perde e, sim, um jogo de consenso. Temos de buscar o consenso na sociedade brasileira. O consenso, hoje, no Brasil é progressista. É só perguntar à sociedade, é só saber que a sociedade precisa de mudanças. Não estou falando em termos de esquerda, nada disso, mas do progresso, da mudança, do moderno. Partindo dessa premissa, acho que todos temos de negociar, sabendo que a sociedade lá fora está esperando uma Constituição moderna, progressista, com mudanças. Partindo daí, acho que o consenso é fundamental. Não podemos, neste momento, fazer uma Constituição conservadora, porque seremos rejeitados pela população. Evidentemente que sem extremos. Ninguém busca aqui a mudança do regime no Brasil, não é essa a questão, temos de solidificar o processo democrático.

Lúcio Alcântara — Em um determinado momento, talvez até porque a primeira etapa tenha sido a de confronto, onde cada constituinte ou grupo de constituintes colocou as suas propostas de acordo com aquilo que colheram dos grupos que aqui representam, houve uma série de conflitos e contradições que, na verdade, foram compiladas no texto. A Constituição é um grande pacto que estabelecerá, inclusive, as bases das fórmulas que iremos discordar no futuro. E vamos concorrer em eleições. Hoje, no Brasil, uma determinada corrente político-ideológica pode ganhar as eleições, mas amanhã pode ser uma outra. Então, o grande desafio que existe é elaborar uma Constituição que represente a média do pensamento, o consenso da sociedade, e que não se aprofunde muito em questões de natureza ideológica, porque, senão, quando um determinado grupo assumir o poder, terá que reformar a Constituição para poder governar. É preciso que se coloque os fundamentos da sociedade moderna, democrática, livre e progressista que queremos para o Brasil do futuro. Nesse ponto sou otimista, acho que é possível se chegar a um percentual razoável de entendimento. Onde não for possível chegar através do entendimento, terá que ser decidido com voto, aí, sim, será a única maneira. Mas há uma série de questões em que, creio, poderemos chegar a um grau razoável de entendimento.

Jarbas Passarinho: "Não podendo impor o socialismo, uma minoria socialista tentou inviabilizar o capitalismo progressista".

Plínio Arruda Sampaio — Primeiro temos de distinguir duas coisas: conchavo e negociação. Conchavo é o acordo feito atrás das portas, por um grupo com interesses contra a maioria, e suas decisões ou são impostas, ou são fruto da corrupção.

Lúcio Alcântara — Acho que não vai mais acontecer o fato de se tentar, por exemplo, fazer uma Constituição na base de expedientes, usando manobras regimentais no sentido de se fazer passar determinadas idéias. É uma atitude sem sentido, porque não leva a lugar algum.

Plínio Arruda Sampaio — Exato. É esse o golpismo implícito nos brasileiros. Não estou afirmando que esteja havendo. Mas quando fi[illegible]endo que em algum corredor de algum ministério estão fazendo uma Constituição, eu temo, porque ela vem do poder. Vem e pode vir revestida dentro das categorias de conchavo. Isso é inaceitável. Negociação é outra coisa. Negociação é realmente se tentar admitir que existe um consenso, porque não há consenso em relação às medidas objetivas. Não há consenso, por exemplo, em relação a como se vê a educação. Não há consenso na sociedade brasileira e não vai haver. E assim não se chegará a fórmula nenhuma. O consenso é outro. O consenso é no sentido de que, apesar das nossas diferenças, vivemos no mesmo País e ninguém vai tirar ninguém daqui de dentro. Ninguém vai colocar o outro na cadeia. Acho que aqui isto fica bem claro. A base dessa convivência é que a intransigência não interessa nem ao lado de lá, nem ao lado de cá. É por isso que estamos sentados aqui. Então, o consenso é no sentido de que vamos encontrar formas de continuar a luta dentro do respeito à liberdade. Esse é o plano de negociação, e nesse sentido acho que tudo o que aconteceu nestes cinco meses foi extremamente positivo para a Constituinte e para a sociedade brasileira. Mesmo aqueles que têm uma visão muito idealizada do processo político e radicalizam para um lado ou para outro, verificaram que não chegam a parte alguma se não souberem sentar em volta de uma mesa e chegar a um consenso. Outro dia, por exemplo, fiquei extremamente espantado quando vi um diálogo entre, nada mais, nada menos, do que o constituinte Artur da Távola, que é o genro do professor Anísio Teixeira, um defensor intransigente da escola pública, e a deputada Sandra Cavalcanti, defensora campeã da escola privada. E os dois se respeitaram muito no debate. Foi um debate completamente diferente do que eu assisti nos anos cinquenta sobre a Lei de Diretrizes e Bases, e que era na base da ofensa. Na Constituinte não é assim.

Octávio Elísio — É importante dizer que, dentro dessa perspectiva, na área de educação, por exemplo, tivemos condições de sentar em volta de uma mesa. Pessoas defendendo intransigentemente os recursos públicos para a escola pública — como é o meu caso e o do constituinte Florestan Fernandes —, com a constituinte Sandra Cavalcanti, chegamos a um texto que seria perfeitamente viável. A negociação, que está marcando a preocupação de todos nós, tem de surgir de um desprendimento, de uma abertura dos nossos espíritos, na certeza de que temos princípios e propostas, e a maior parte de nós não abre mão deles, mas sua viabilização, num texto que tem que atender à sociedade brasileira, vai passar por determinados tipos de negociação, onde chegaremos até onde pudermos, e temos que permitir que os outros também cheguem a determinados pontos, onde manteremos ou definiremos propostas políticas que atendam aos interesses da sociedade.

Jarbas Passarinho — O constituinte Roberto D'Ávila colocou muito bem, o consenso não é uma unanimidade, é uma maioria bastante ponderável, que representa uma união em torno de pontos mínimos, que todos dessa maioria adotam. Acho que nós temos de

ter uma Constituição que represente um passo à frente, um avanço. Eu, por exemplo, sou doutrinariamente um reformista, porque não me conformo com as injustiças pertinentes à sociedade em que vivo, e devo fazer neste momento, a modificação desse quadro. A dúvida que eu tenho, e que me provocou ainda há pouco dizer que seríamos campeões de pesos e volumes, é que grande parte do que contém o projeto da Comissão de Sistematização é compatível com a legislação complementar e ordinária. Isto está colocado pesadamente na Constituição, com seus 501 artigos. Por quê? No meu entender, em grande parte porque os partidos de suporte do presidente da República são arrasadoramente majoritários nesta Casa. Eles não têm unidade de pensamento e têm uma boa parcela de dúvidas em relação ao presidente da República, então, querem colocar isso diretamente na Constituição. Nota-se, por exemplo, na Ordem Social, praticamente, a CLT aí dentro. Aquilo que houve de positivo na Consolidação das Leis do Trabalho, está dentro da Constituição. Considero negativo, na medida em que poderíamos ter um trabalho mais de princípios, forçando uma legislação ordinária avançada e não retrógrada e que permitisse ter, mais tarde, um trabalho complementar que vai caber a nós, como congressistas, como deputados e senadores. Mas deste processo que foi defendido por todos, menos por mim, da origem do trabalho, embora estivéssemos todos de acordo em que este trabalho de corporação não poderia ser apenas um produto de uma elite — em pensamento, também concordo com isso —, temos alguns pontos de dificuldades crescentes para podermos negociar. Não teria o necessário ângulo provocativo de dizer que o grupo socialista, não podendo fazer uma maioria socialista, pretendeu fazer uma minoria que inviabilizasse o capitalismo progressista, através de determinadas colocações que inviabilizam a prática de um capitalismo democrático. Aí surge um problema grave, que é o ideológico. Por exemplo, quando se vê a exaltação em que está o empresariado, o patronato brasileiro, diante da estabilidade imediata, com a opção de contrato de três meses, vê-se bem que esse é um problema grave que vai merecer de nós uma negociação racional, tranqüila, sem as objurgatórias a que se referiu o Plínio ainda há pouco, quando assistiu à discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases, e que tenhamos a coragem de fazer uma Constituição avançada, mas não uma Constituição que não seja factível.

Plínio Arruda Sampaio — Permita-me uma intervenção? Aí é que o processo está muito correto. Quem que vai fazer essa negociação? A verdade é que vamos ter que ir agora às grandes centrais sindicais, e isso é que é trazer o povo para dentro do processo. Isso é que é desideologizar o processo, trazer para o concreto.

Jarbas Passarinho — Todos devem participar. Quando se diz que não se pode fazer uma Constituição sem a Contag, não se pode fazer uma Constituição sem a CNA. Quando se diz que não se pode fazer uma Constituição sem a CUT, não se pode fazer uma Constituição sem a Confederação Nacional das Indústrias, por exemplo. Esse é que é o papel que vai nos caber como disse bem o Roberto D'Ávila, não é o perde-ganha. Devemos fazer uma coisa em proveito do País.

Plínio Arruda Sampaio — Nossa tendência, a da corrente socialista aqui, tem uma análise clara. A correlação de forças da sociedade não permite uma Constituição socialista, dadas as condições do País. Mas vamos continuar lutando. Temos muito chão pela frente. É por isso que queremos liberdades democráticas, liberdade de partidos, liberdade para os sindicatos, porque acredito que essa idéia cresça. Agora não aceitaria que fizemos um capitalismo inviável. Fizemos um capitalismo mais aberto.

Jarbas Passarinho — Não. Ainda não fizemos.

Plínio Arruda Sampaio — Mas, por exemplo, 40 horas que pusemos no texto, isso tem em qualquer País desenvolvido do mundo.

Jarbas Passarinho — Qualquer País desenvolvido não.

Lúcio Alcântara — Na própria França, Mitterrand recuou no problema da jornada de trabalho.

Roberto d'Ávila — Na França, 39 horas de trabalho, 5 semanas de férias...

Jarbas Passarinho — O Japão é a segunda economia do mundo ocidental. Trabalha 48 horas. Se usarem a França como exemplo, vou querer a França com o seu

Roberto D'Ávila: "Não podemos fazer uma Constituição conservadora porque seremos rejeitados pela população".

Senado todo biônico. Ninguém aceita um Senado de biônicos. (Risos.)

Lúcio Alcântara — Temos que ser maduros e adultos nesta discussão. Cada um já marcou sua posição, já defendeu suas idéias. Agora é o momento de estabelecermos um ponto de equilíbrio em tudo isso. Então, se passarmos uma rodada de tudo quanto estamos de acordo, vamos reconhecer que o lado mais fraco é o lado do trabalhador, nessa relação capital-trabalho, patrão-empregado. Então, todos estamos de acordo que precisamos fortalecer o lado mais fraco. Dar a ele mais condições de barganha.

O que se começa a discutir é como. Será que essa fórmula é a melhor? O que estava na cabeça do legislador quando ele fez isso? É impedir a demissão arbitrária. Não chamo nem de motivada, mas de demissão arbitrária. E por quê? Acho que cada um de nós tem que pôr a mão na consciência e saber que uma das coisas que mais angustia o trabalhador é o desemprego. Ele não é capaz de prover a sua subsistência, nem a de sua família.

Octávio Elísio — Voltando ao tema que motivou essa rodada agora, que era o problema de ser ou não progressista e que saiu um pouco a partir da colocação que o Roberto D'Ávila fez aqui. Não tenho dúvidas e acho que você afirmou agora uma coisa importante: o lado mais fraco é o do trabalhador. Portanto, esta Constituição tem que ter um compromisso de honra com o trabalhador. Sinto alguma dificuldade em dizer o seguinte do voto do progressista ou não. É possível que tenhamos alguns pontos comuns aqui, e temos. Em outros, possivelmente seremos divergentes. Acho que o que nós todos entenderíamos como progressista seria um pouco dentro da linha que você colocou. Esta Constituição não pode conformar-se com o **status quo.** Ela tem que ser uma resposta a mudanças. E essa resposta a mudanças passa por isso que o Lúcio Alcântara falou. Vejo hoje dois desafios fundamentais para nós. O primeiro é o da necessidade de que a Constituição responda à expectativa de mudança. E aonde estão essas expectativas de mudança? Acho que estão menos em termos de regime de Governo, de número de anos do mandato do Presidente da República, mas estão nos direitos do trabalhador, estão no que se refere à educação, à saúde, à previdência, à aposentadoria, às questões da moradia e da reforma agrária. Para isso temos que dar respostas dentro da Constituição. Esse é um primeiro problema. Nisso a Constituição será progressista, ou não. Nisso seremos Constituintes ou não no sentido de construir uma nova Nação. Agora o outro desafio que se coloca é a expectativa de que vamos fazer milagres. A crise que estamos vivendo é de tal ordem que a sociedade confunde a resposta que tem que vir em nível de ação do Governo, que é o que está precisando, e a expectativa em termos do que a Constituinte pode responder no novo texto constitucional. Esses dois desafios são enormes para nós. Um texto que seja moderno, que seja progressista no sentido de construir uma nova Nação e, de outro lado, à expectativa de que vamos fazer milagres.

Lúcio Alcântara — Queria aproveitar isso que você falou para complementar. O foco de interesse do povo deixou de ser político, por uma razão muito simples. Os grandes fatos políticos aconteceram em 1985, 1986 — legalização dos partidos que eram clandestinos, eleições diretas, acabou a área de segurança nacional, eleições para prefeitos das capitais. Então, esta Constituição, na verdade, não tem muita coisa que oferecer do ponto de vista político exclusivamente.

Octávio Elísio — Tem muito.

Plínio Arruda Sampaio — O que se quer dizer é que não são avanços tão percebidos pela sociedade.

Lúcio Alcântara — O que temos que ter bem presente é que não houve ruptura da ordem, então essa Constituinte não é revolucionária. Por isso, nunca se poderia pensar em implantar uma constituinte socialista aqui no Brasil. Agora, isso não quer dizer que tenhamos que ser imobilistas, que a gente não avance e não dê respostas a essas coisas que a sociedade está na expectativa.

Plínio Arruda Sampaio — Só pra terminar esta rodada de perguntas. Acho que vai haver aqui um bloco de progressistas e um bloco conservador, no global. Embora a decisão vá ser questão por questão. Nunca vi uma partida de futebol com três times. Quando se trata de uma partida de futebol são dois times que jogam. No campeonato há dez ou quinze times, mas no jogo são só dois.

Jarbas Passarinho — Mas às vezes tem um juiz que é um terceiro time. (Risos.)

Plínio Arruda Sampaio — Esse é o perigo. O grande temor que tenho é que quando ouço falar em recesso fico altamente preocupado em saber se o juiz não está apitando.

Plínio Arruda Sampaio: "Vamos ter de sentar e negociar, se queremos viver num mesmo País."

Roberto D'Ávila — Aí está a questão levantada pelo Senador José Richa. Eu acho que ela tem um mérito, que é o de criar essa discussão sobre a Constituinte.

Octávio Elisio — Aliás, existem muitas discussões, não precisava criar outra.

Roberto D'Ávila — É, mas acho que tem. O Dr. Ulysses Guimarães foi obrigado a falar e a defender a Constituinte, para que ela seja mais rápida e eficiente. O mérito do Senador José Richa foi o de mostrar novamente que a crise é grave.

Vamos ter que negociar. Negociar alguma coisa na frente que podem ser as eleições presidenciais.

Marcelo Cordeiro — Eu estimularia uma outra questão. Que efeitos efetivamente a Constituinte, como tal, pode ter sobre a crise, no sentido de suas soluções, de ser fato[illegible]tivo para combater os prob[illegible]e abrir um caminho de efetivas soluções que a Nação queira, confie, acredite, e que efeitos a crise exerce no interior da Constituinte para, como elemento destrutivo ou perturbador do processo difícil, que ela teve até agora, e do mais difícil que ela terá pela frente, que é esse de fazer a Constituição a partir da consideração de todos os grandes problemas nacionais que ela já captou através desse anteprojeto, para introduzir a dramaticidade, o caos, a diversidade de problemas, o conflito corporativo, os interesses múltiplos.

Roberto D'Ávila — Vou dizer rapidamente numa frase que acho que teríamos que, para negociar, realmente de marcar uma data para eleições. Acho que agora não é o Governo Sarney que está em julgamento. É a transição que está em julgamento. Não se agüenta mais. A sociedade brasileira vive hoje num vazio que é o cansaço dessas grandes frustrações que foram vividas ao longo desses vinte e cinco ou trinta anos. Começou com a frustração do autoritarismo, a frustração das eleições diretas que não vieram, com a morte do Dr. Tancredo, a frustração do cruzado e a frustração da própria Constituinte, que, para a população, é lógico, não vai resolver problemas nesse momento. Então, esse conjunto de questões nos leva a rapidamente fazermos essa transição, porque daqui a pouco vai ser mais duradoura do que o próprio autoritarismo.

Octávio Elísio — O que está faltando não é a Constituinte debater a crise conjuntural. Isso está acontecendo no "pinga-fogo" do dia-a-dia. O problema que se coloca é o seguinte: o Governo está disposto a passar a solução da crise por um debate aqui dentro? Na minha opinião, não está. Tivemos aqui um debate com o Ministro Bresser Pereira. Veio, e acho até que no econômico ele se colocou bem, no político ele escorregou muito, mas a minha dúvida é a seguinte: o Congresso não está querendo ter palestras de ministros. O que nós queremos — e eu acho que essa é a reivindicação e o desafio do momento — é saber como vamos participar da busca de soluções. A questão não é apenas parar a Constituinte, ainda que a Sistematização funcionasse, para debatermos a crise. A crise é grave, mas o problema todo é: será que este Governo está disposto a buscar soluções que passem pelo debate popular, pelo debate da sociedade e pelo envolvimento do Congresso? Acho que é esse o desafio da proposta. Isso não estamos sentindo. A proposta do senador José Richa esconde, na minha opinião, um problema gravíssimo, que é não entender o papel que a Constituinte tem neste momento, como poder de transição que está elaborando uma Carta constitucional, onde a crise conjuntural tem tido seus efeitos benéficos e maléficos. Mas, o que não é aceitável por nós, em termos de Constituinte, é jogarmos sobre ela a crise que está aí. Ao contrário, o que o Governo deveria fazer é entender que a Constituinte deveria ser um escoadouro, um espaço onde todos os conflitos que esta sociedade está vivendo hoje deveriam ser colocados, para que aqui eles fossem resolvidos. O que o Governo deveria fazer é valorizar a Constituinte como espaço da negociação e do pacto.

Plínio Arruda Sampaio — Ouvi isso de vários economistas: nenhuma crise conjuntural no Brasil tem soluções duradouras sem uma transformação estrutural do sistema de distribuição de renda, do sistema da riqueza. Qualquer uma delas dará uma solução imediata para um ciclo, talvez, diferente, mas, em seguida, os fatores estruturais vão atuar e vão tornar aquilo irrelevante. O grande drama é que é preciso distribuir a riqueza, é preciso distribuir a renda. Acontece que o capitalismo tem suas regras. A regra básica do capitalismo é a taxa de lucro. Se você inviabilizar a taxa de lucro, aí você inviabiliza o capitalismo. Ele tem uma lógica. O que o capitalista brasileiro não entende é que uma coisa é a taxa de lucro da empresa e outra é a taxa de riqueza da classe que detém as empresas ou da classe que gira em torno ou próximo do sistema da empresa. O que vemos no Brasil é um consumo suntuário dos ricos e da classe média alta e que, enquanto isso não for redistribuído de uma maneira mais eqüitativa, não haverá condição de se solucionarem as crises conjunturais. Elas vão surgindo, resolvendo,e, em seguida, causam outra decepção. E o dramático, é que esta Constituinte seria o lugar de a gente fazer o acordo. O acordo básico aqui dentro não é um acordo sobre formas de governo nem sobre prazos de mandato de presidente. Nisso discordo do meu amigo D'Ávila. O acordo básico que temos que fazer aqui é sobre até que ponto e de que maneira podemos criar um processo neste País de redistribuição de renda de modo a tornar mais aproximados os setores mais pobres dos setores mais ricos. O difícil é que a nossa disparidade é tão grande que qualquer redistribuição pequena, não tem efeito. Primeiro, porque não é percebida. Segundo, porque é reabsorvida pelo sistema.

Qualquer redistribuição maior, mexe-se de tal maneira nas classes estabelecidas que elas fream. Estou vivendo isso na questão da reforma agrária, que acompanho há 25 anos. Sou um homem ligado a essas coisas da terra. Se você mudar a massa salarial na Alemanha, tirar 1% da massa do capital e passar para o salário, o operário alemão sente na hora. Se você passar 1% da massa de lucros à massa de salários no Brasil, ele não sente. Esse é o drama, esse é o ponto fundamental da nossa conversa. Em termos concretos, quando formos tratar da reforma agrária, da reforma tributária, de uma definição de propriedade que dê ao Governo instrumentos reais para, por exemplo, acabar com a favela, essa é a hora da distribuição da riqueza. Esse é um acordo que temos de fazer aqui dentro, é nesse sentido que a Constituinte é uma solução.

Jarbas Passarinho — Só para aproveitar o momento em que a discussão ganha um nível de doutrina social, diria até mesmo que, se houvesse uma maioria socialista, hoje, na Constituinte, eu acredito que a prudência recomendaria que não se implantasse um regime socialista desde logo, porque não haveria infra-estrutura suficiente para responder a um processo de salto.

Marcelo Cordeiro — Marx dizia que a sociedade não coloca para si problemas que ela não possa resolver.

Jarbas Passarinho — O problema é que não temos um sistema capitalista característico no Brasil. Na minha Amazônia existe ainda o pré-capitalismo funcionando; não diria o feudalismo, porque ele não existe mais. Então, o nosso consenso deveria ser buscado dentre as tendências socialistas avançadas e aquelas que hoje são mais uma conseqüência de uma teoria da convergência do que propriamente teoria de oposições. O que se verifica hoje nos países de tendência marxista-leninista não é um retorno ao lucro, mas a uma compatibilização com a idéia de lucro. Realmente o que se nota hoje é uma modificação em determinados princípios que levaria algumas pessoas a dizer que tanto o capitalismo quanto o marxismo são espécimes do museu da História. Como reformista gostaria de dar um passo imediato, que seria exatamente esse: ter uma Constituição que represente um progresso em relação a todas anteriores. Muitas dessas reivindicações trabalhistas devem ter guarida, devem estar na nossa Constituição. E daí oferecer alguma coisa para negociar; oferecer, primeiro, o espírito aberto. Mas, se dermos o salto, como eu dizia, desde logo, imaginando que países capitalistas como o Japão, a França, a Inglaterra têm tais e tais vantagens, devemos perguntar se entre nós essas vantagens são, desde lógo, aplicáveis.

Octávio Elísio: "Não é possível fazer uma Constituição onde não estejam o empresário e o trabalhador".

Há perigo de uma distorção violenta daqui para a frente.

Plínio Arruda Sampaio — O nosso capitalismo não tem nenhum problema em introduzir uma televisão a cores, quando países de renda *per capita* muito mais alta do que a nossa não podem. Mas quando chega na hora de pôr uma modernização na relação trabalhista, aí usamos o argumento de que o capitalismo nosso não chegou lá.

Jarbas Passarinho — Não é o meu caso. Pode tranqüilizar-se, porque não é o meu caso. E nem direi que tenho a consciência tranqüila porque, em alguns casos, a consciência tranqüila é falta de memória, e não seria o meu caso.

Plínio Arruda Sampaio — Eu também acho que não temos condições políticas para uma redistribuição imediata, violenta, da renda. Mas é importante que o seu lado atentasse para isso. Que essa modernização do capitalismo consiste, basicamente, em redistribuir mais equilibradamente o produto social e que se introduzissem canais que permitissem, em cinco ou dez anos, que essas diferenças abismais de duzentas ou trezentas vezes o salário entre o mais pobre e o mais rico fossem diminuídas. Na Europa essa diferença é de dez, quinze, vinte e até oito.

Jarbas Passarinho — Não se poderia passar subitamente de duzentas vezes para oito.

Plínio Arruda Sampaio — Mas veja, por exemplo, a questão da reforma agrária em que não se está pedindo duzentos. Houve uma intransigência e se voltou atrás até mesmo ao que ocorria no período do seu Governo.

Jarbas Passarinho — Agradeço o reconhecimento dessa verdade.

Plínio Arruda Sampaio — É verdade, esse texto é inferior ao que foi decidido no seu Governo.

Octávio Elísio — Esse desafio que está colocado é que me parece muito importante nesse momento da Assembléia Nacional Constituinte. É assumir em termos de vontade política. Quando leio as disposições transitórias desse texto que está aqui e vejo absurdos, como, por exemplo, transformar isso aqui em um "trem da alegria", em que os adjuntos passa a professores titulares por um dispositivo constitucional, que é uma aberração, um desrespeito à Assembléia Nacional Constituinte e uma justificativa para a não-credibilidade do nosso trabalho lá fora.

Jarbas Passarinho — E isso está sendo visto como progresso. É uma ilusão, não é progresso nenhum.

Octávio Elísio — As disposições transitórias do texto constituicional deviam tentar estabelecer mecanismos que aproximassem a realidade em que estamos daqueles princípios que a Constituição está definindo. Por exemplo, se esta sociedade pretende ser mais justa, através de Constituição, evidentemente uma coisa fundamental é estabelecer isso: dentro de tanto tempo precisamos diminuir as disparidades de rendas etc. Por exemplo, na área da educação, que é uma área que aproxima todos, nenhum de nós nega que este País não vá se constituir como Nação e nós não vamos ser, de fato, cidadãos se a educação não for universalizada. Todavia, definir, como princípio, a educação como dever do Estado e direito de todo cidadão, nós já tivemos em todas as Constituições, e não mudou o quadro existente. Se as disposições tansitórias assumirem o compromisso político de que até o ano 2000, por exemplo, estabelecendo aí um marco, que temos de eliminar o analfabetismo e universalizar a oportunidade do acesso, pelo menos, ao ensino fundamental e ao médio, nós estaremos estabelecendo diretrizes para planos. Precisamos ter compromissos sérios nesse momento em que estamos passando a limpo a realidade brasileira. O que temos de levar às disposições transitórias não são propostas casuísticas, mas determinados princípios, determinada proposta política, que retratem essa disposição nossa de mudarmos a realidade em que estamos vivendo e de construir uma nação nova.

Lúcio Alcântara — Nesse projeto, como nas Constituições anteriores, as disposições transitórias são um quarto de despejo, onde se joga tudo. Embora isso seja transitório fica sempre incorporado no texto. É um estigma da Constituuição.

Plínio Arruda Sampaio — Devemos ter a preocupação de que a Constituição não seja um "trem-da-alegria", não seja um lugar de consolidação de pressões corporatistas *menor — isso sim. Não estou* realmente preocupado com sua perfeição técnica. Noto, por exemplo, que na parte relativa à educação ela pode avançar mais do que na saúde, desde que a força social na educação seja maior do que a pressão social da saúde. O mais importante é discutirmos essas questões de fundo e encontrarmos fórmulas concretas para superarmos essa divisão básica dos brasileiros: os ricos e os pobres. Se para isso precisar de um pouco mais de artigo — eu não estou a fim de fazer economia de artigo —, se o País precisar ter uma formulação menos elegante — também não pretendo levar essa Constituição para nenhum simpósio internacional. Não tenho a preocupação de ter uma Constituição que venha a receber o beneplácito dos constitucionalistas do mundo.

Lúcio Alcântara: "A Constituição é um grande pacto que estabelecerá inclusive as bases das normas com que iremos discordar no futuro".

Lúcio Alcântara — Acho que essa preocupação também não deve existir, mas que ela seja uma Constituição durável, que estabeleça bases permanentes de entendimento da sociedade. Acho que essa preocupação deve existir.

Plínio Arruda Sampaio — Isso ocorrerá em função do acordo político [illegible] que nos chegaremos...

Octávio Elísio — Que definirá o conteúdo...

Plínio Arruda Sampaio — Se chegarmos a um mínimo de acordo político, ela o será.

Jarbas Passarinho — A observação feita tem inteira procedência. Vamos admitir, por exemplo, nessa alínea da reserva. A modificação da tecnologia pode levar, automaticamente, à modificação da Constituição. É verdade que a França, no século passado, teve quatorze constituições. Há o caso daquele cavalheiro que foi procurar o último volume da Constituição, e o livreiro lhe disse que procurasse na gôndola de comunicações periódicas (risos). Estou de acordo com a tese do Octávio, e temos a receita. Sou um homem totalmente frustrado por não ter feito, como queria, uma revolução capaz de alfabetizar o Brasil. Nós teríamos tido chance de fazer isso. Se o Mobral não tivesse mudado suas diretrizes, se não tivesse saído para outros campos, com grandes ambições filosóficas, como o Mobral Cultural, o Mobral isso e aquilo, teríamos trabalhado a massa dos trabalhadores que é prejudicada pela falta de qualificação profissional e teríamos vencido o processo da regressão. Perdemos essa alfabetização por causa da falta de uma atividade contínua.

Octávio Elísio — Poderíamos acrescentar a palavra "até".

Jarbas Passarinho — Acho que o que ouvi até aqui nesse encontro, uma espécie de microcosmo do que pode ser a Assembléia Nacional Constituinte no seu funcionamento logo adiante, no plenário, porque não me parece que da nossa discussão pudesse ter havido alguma coisa tão intolerante que fosse incapaz de se negociar. Se esse encontro mostra uma possibilidade de ser o microcosmo representativo do grande coletivo, que é o plenário, eu me dou por feliz.

Marcelo Cordeiro — Posso dizer que, na verdade, não tenho dúvida de que homens de formação intelectual e política diferentes do que ouvimos aqui hoje e do que ouviremos em seguida, demonstra o que o Senador acaba de colocar, de que não há pontos de intransigência insuperáveis, intransponíveis. E creio que ficaram muito claros alguns conceitos que magnificam os princípios em vez de conturbá-los. São conceitos da política, da negociação, das questões fundamentais para as quais todos devem convergir sem medo. Há níveis de consenso bastante firmados em relação aos métodos, à necessidade de diálogo, de entendimento, à necessidade de fecundá-los com a audiência pública e participação da sociedade brasileira, em uma campanha que nos forneça a inspiração com relação aos seus próprios problemas. Estou certo de que os problemas que este anteprojeto gerou foram justamente os indicativos das soluções. Porque, se essa Assembléia Nacional Constituinte não criasse os problemas, não recriasse a nível de texto os problemas da vida, nós estaríamos, hoje, aqui, olhando para os nossos próprios espelhos.

Emenda popular: a vez de todos

Quem tiver uma boa idéia para o texto da futura Constituição, em exame na Assembléia Nacional Constituinte, poderá formalizá-la, como emenda ao projeto da Carta, desde que conte com o apoio e, naturalmente, as assinaturas de 30 mil pessoas, no período de 17 de julho a 18 de agosto.

Os 30 mil signatários de uma emenda popular devem ser eleitores e, além da assinatura de cada um deles, é preciso escrever o nome legível, o endereço residencial e os dados identificadores do título eleitoral, com o número, zona eleitoral, seção em que vota e o nome do município. Cada lista, com as 30 mil assinaturas, deverá versar sobre um único assunto, independentemente do número de artigos que contenha. Isso quer dizer que uma emenda que trate, por exemplo, da distribuição de impostos entre a União, os estados e os municípios, não pode, ao mesmo tempo, num outro artigo, cuidar do problema da educação, de saúde, de habitação, etc.

Outra exigência importante: a emenda popular deve ser organizada em listas de iniciativa de, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas, as quais se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas.

Assim, ao assinar uma lista ou ao levar uma idéia a uma dessas entidades, como o seu clube social ou o sindicato a que você pertença, não se esqueça de que é necessário o apoio de três entidades iguais a sua.

Para facilitar a tarefa de encaminhamento da emenda popular, junto à Comissão de Sistematização, a Assembléia Nacional Constituinte está pedindo que as assinaturas sejam numeradas, na ordem crescente, de 1 a 30.000.

A emenda popular terá a mesma tramitação das demais emendas. E, se receber parecer contrário da comissão, será considerada prejudicada e irá ao arquivo, a menos que venha a ser subscrita por um Constituinte, caso em que irá a plenário no elenco das emendas com parecer contrário.

Na tramitação da emenda popular, um dos que a subscreveram, indicado na lista, poderá defendê-la em reunião da Comissão de Sistematização, pelo espaço de 20 minutos.

PROCEDIMENTO

Quando as listas estiverem prontas, as assinaturas enumeradas e os dados indicados, a emenda já poderá ser encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte, por meio de ofício endereçado ao seu presidente, constituinte Ulysses Guimarães, e protocolizada na Comissão de Sistematização.

Depois de verificar se todas as exigências foram cumpridas, a comissão convocará uma reunião extraordinária até 48 horas após a apresentação da emenda, para manifestar-se sobre seu recebimento, ouvido o relator.

O Dia "D" da coleta de assinaturas para o encaminhamento das propostas populares está confirmado: 17 de julho. Nessa data, entidades de todo o país estarão se movimentando na busca de apoio às suas emendas

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE — PROPOSTA POPULAR DE EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

ASSUNTO:

Entidades que apóiam a proposta:

Subscrevemos, nos termos do art. 24 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, a proposta popular de emenda ao Projeto Constituinte constante ao anverso:

NOME E ASSINATURA	ENDEREÇO	TÍTULO	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO	ESTADO

Entidade associativa que se responsabiliza pela idoneidade das assinaturas constantes da presente folha:

Nome ____ Endereço: ____ Município ____ Estado ____

Nome do Presidente ____ Assinatura do Presidente ____

Entidade coordenadora de coleta das assinaturas, que poderá prestar informações:

Nome ____ Endereço: ____

Exemplo de proposta constitucional

Art. 01 — A Educação, baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da soberania nacional e do respeito aos direitos humanos é um dos agentes do desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade, visando a preparação para o trabalho e a sustentação da vida.

Art. 02 — O ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade é direito de todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

§ único — É dever do Estado o provimento em todo o território nacional de vagas em número suficiente para atender à demanda.

Art. 03 — É livre a manifestação pública de pensamento e de informação. Sobre o ensino e a produção do saber não incidirão quaisquer imposições ou restrições de natureza filosófica, ideológica, religiosa ou política.

§ único — É proibida toda e qualquer forma de censura.

Art. 04 — O ensino de primeiro grau, com oito anos de duração, é obrigatório para todas as crianças a partir de sete anos de idade, visando propiciar formação básica comum indispensável a todos.

§ 1º — Cabe aos Poderes Públicos a chamada à escola até, no mínimo, 14 anos.

§ 2º — É permitida a matrícula no primeiro grau a partir de seis anos de idade.

§ 3º — O ensino de primeiro grau público e gratuito será também garantido aos jovens e adultos que na idade própria a ele não tiveram acesso.

§ 4º — A União assegurará, supletivamente, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os meios necessários ao cumprimento da obrigatoriedade escolar na forma do *caput* deste artigo.

Art. 05 — O ensino de segundo grau constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos. Visa assegurar formação humanística, científica e tecnológica voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica em todas as modalidades de ensino em que se apresentar.

A SBPC se reúne para pressionar

Enquanto a Assembléia Nacional Constituinte desenvolve mais uma etapa de seus trabalhos, um outro fórum importante — o pensamento brasileiro — também se instala em Brasília para discutir, literalmente, o "futuro do país" hoje. Trata-se da 39ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se realiza no **campus** da Universidade de Brasília, de 12 a 18 deste mês, reunindo mais de 15 mil pessoas, entre cientistas, estudantes e pesquisadores de todos os ramos do conhecimento humano.

A SBPC é, tradicionalmente, um espaço onde se tenta repensar o país, e sua importância cresce quando a conferência se realiza paralelamente à Assembléia Constituinte. Os cientistas brasileiros e os produtores de informação e cultura — em todos os níveis — também estão exercendo sua pressão legítima sobre os constituintes e pretendem que a SBPC funcione como um instrumento de ressonância destas reivindicações.

Durante a 39ª reunião anual, serão apresentados 3 mil trabalhos de pesquisa e realizados 11 simpósios multidisciplinares, envolvendo os diversos campos da atividade científica, entendendo-se ciência como tudo o que se relaciona ao conhecimento humano. Os temas permeiam todos os setores — desde a influência do tabagismo no envelhecimento do homem até a análise das tendências ideológicas hoje mais prevalentes.

Mas, basicamente, a SBPC deverá, como espaço político, neste ano de Constituinte, repensar as relações entre estado e sociedade.

CNI defende livre mercado na nova Carta

O constituinte Albano Franco (PMDB — SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), acredita que está nas mãos da Assembléia Nacional Constituinte o instrumento para dar ao Brasil uma nova e frutífera etapa de desenvolvimento. Mas, para isso, advertiu que "é sumamente importante que as elites políticas esqueçam as querelas partidárias e ideológicas e usem, efetivamente, o poder que lhes foi conferido pelo povo, na resolução e no equacionamento das questões maiores que atropelam a vida nacional e a própria sobrevivência do regime democrático".

Essas considerações de Albano Franco foram o preâmbulo do pronunciamento com que, na última sessão do Senado, antes do recesso, ele defendeu a tese de que a Constituinte deve buscar a redução dos limites de intervenção do estado na economia, fenômeno que, a seu ver, se justifica única e exclusivamente mediante lei federal, quando indispensável para organizar atividade que não possa ser implementada pela iniciativa privada, assegurados os direitos e garantias individuais.

Para o presidente da CNI, cabe ao estado planejar e executar uma política de desenvolvimento social que seja capaz de elevar rapidamente os padrões de bem-estar dos brasileiros, sobretudo dos mais carentes. E a livre iniciativa, por sua vez, deve ser fortalecida e incentivada para tornar-se o carro-chefe do processo de crescimento econômico.

Ao reiterar sua posição contrária a qualquer política recessiva, Albano Franco considerou como fundamental, questão mesmo de sobrevivência, que o país permaneça crescendo economicamente, como única forma de resolver os seus imensos problemas sociais. Ele entende, ainda, que a sociedade brasileira, neste momento de transição para a democracia, deve voltar-se para dois objetivos básicos: crescimento e distribuição. Mas o crescimento tem de ser realizado com base nas reais possibilidades do país, na harmônica combinação dos nossos recursos e, suplementarmente, na poupança externa se os custos de captação forem favoráveis.

Albano Franco

Defesa do co

O lançamento do primeiro Plano Cruzado deu aos consumidores de todo o País uma nova dimensão de seus direitos. Mas o insucesso do Plano, pouco depois, foi uma frustração para os "fiscais" do Governo, que mais uma vez se viram praticamente sem ter a quem recorrer. E o que se observa é que o consumidor brasileiro continua em franca desvantagem, quer com relação aos preços como no que diz respeito à qualidade do que adquire. Esse é um tema que tem causado preocupação aos constituintes, com vistas à inscrição na nova Carta de instrumentos eficazes de defesa dos direitos dos consumidores. O ponto de vista predominante é o de que esses direitos são fundamentais, e o de que é assim que devem ser tratados no futuro texto constitucional. O que pensam os constituintes? É esse o tema das entrevistas aqui reunidas. As opiniões convergem para um mesmo ponto: é preciso mudar as regras para que o brasileiro seja mais valorizado do que aquilo que consome.

Ao tratar da questão da defesa do consumidor, a Constituição deve apenas estabelecer os princípios gerais, de acordo com o que preconiza o constituinte Artur da Távola, do PMDB. Já o vice-líder do PFL, constituinte Inocêncio Oliveira, acredita que o novo texto constitucional precisa criar um órgão centralizador da questão. Ele nota que esse é, ainda, um assunto tratado apenas por entidades privadas, e afirma que o Governo deve participar de forma efetiva na garantia dos direitos dos consumidores.

GOVERNO

Inocêncio Oliveira informa que o Governo vai elaborar um projeto de lei, a ser remetido ao Congresso Nacional, definindo os crimes contra a economia popular e as respectivas penalidades. Artur da Távola, contudo, não gosta de estabelecer somente o papel do Governo na discussão da defesa do consumidor. Para ele a responsabilidade cabe tanto ao Governo como à comunidade. A sociedade organizada, em sua opinião, cria instituições de defesa de seus interesses. Mas lembra um outro lado da questão que é a participação do empresariado. Artur da Távola acha que o capitalista brasileiro não gosta de greve nem de defesa do consumidor, esquecendo que com essas duas formas de intervenção é que os mercados amadurecem.

No Plano Cruzado, para o constituinte Inocêncio Oliveira, houve uma etapa inicial em que o povo participou na fiscalização mas, com a frustração posterior, a abandonou lentamente. O Plano, na sua opinião, aumentou as dificuldades da população, na medida em que o povo acreditou em um período longo de estabilidade e investiu tudo, inclusive suas reservas. Para Artur da Távola, entretanto, não houve uma queda da qualidade de vida, pois esta depende de uma gama mais ampla de elementos, mas reconhece que houve um movimento incorreto por parte dos industriais que ludibriaram a política de preços do Governo e este não tinha condições de fiscalizar todos os setores.

A queda na qualidade dos produtos durante a vigência da primeira etapa do Plano Cruzado parece unir também os constituintes Arnaldo Faria de Sá, do PTB, Gerson Peres, do PDS, e Siqueira Campos, líder do PDC na Câmara. O parlamentar do PDC vai mais longe, reivindicando que a nova Carta obrigue o Governo a participar de forma mais efetiva, destinando recursos para órgãos de defesa do consumidor, bem como para entidades de pesquisa e laboratórios encarregados de averiguar a qualidade dos produtos de que se serve a população. O Governo, no entender do parlamentar goiano, tem sido omisso e até conivente com os empresários que fraudam seus produtos.

Para Arnaldo Faria de Sá, a nova Constituição deve prever mecanismos de proteção ao consumidor de ação imediata, para que o povo se sinta respaldado e crie confiança na legislação. Além disso, o terceiro-secretário da Mesa da Assembléia Constituinte acredita que esses mecanismos fariam com que o povo participasse mais efetivamente do controle de preços.

DIRETRIZES

O constituinte Gerson Peres entende que a Constituição deve somente estabelecer diretrizes que dêem estímulo à sociedade para que ela se defenda com relação aos mercados ou outras empresas. A Constituição, afirma o parlamentar, que é membro da Comissão de Sistematização, tem que consagrar o princípio de defesa do consumidor, remetendo as demais regras para a legislação ordinária.

Quanto à ação do Estado, Gerson Peres acredita que as entidades devem ser protegidas pelo Estado, ao mesmo tempo em que este deve se servir dessas entidades para promover uma efetiva fiscalização do mercado. Isso, sem contar com um maior incentivo a organismos já existentes, como o Instituto de Vigilância Sanitária e o Instituto de Pesos e Medidas.

O vice-líder do PDT, constituinte Amaury Müller, fez uma análise das propostas feitas pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e considerou os instrumentos definidos no capítulo dedicado ao consumidor extremamente ambíguos. Para ele o código de defesa do consumidor já deveria estar definido e à Constituinte caberia o papel simplesmente de dar força legal ao documento, pois o direito do consumidor faz parte da questão dos direitos humanos.

Essa também é a opinião do constituinte Roberto Freire, líder do PCB. A seu ver a mobilização foi importante, mas as dificuldades e a falta de apoio de medidas governamentais efetivas levaram a fiscalização popular a atuar em um campo cada vez mais restrito.

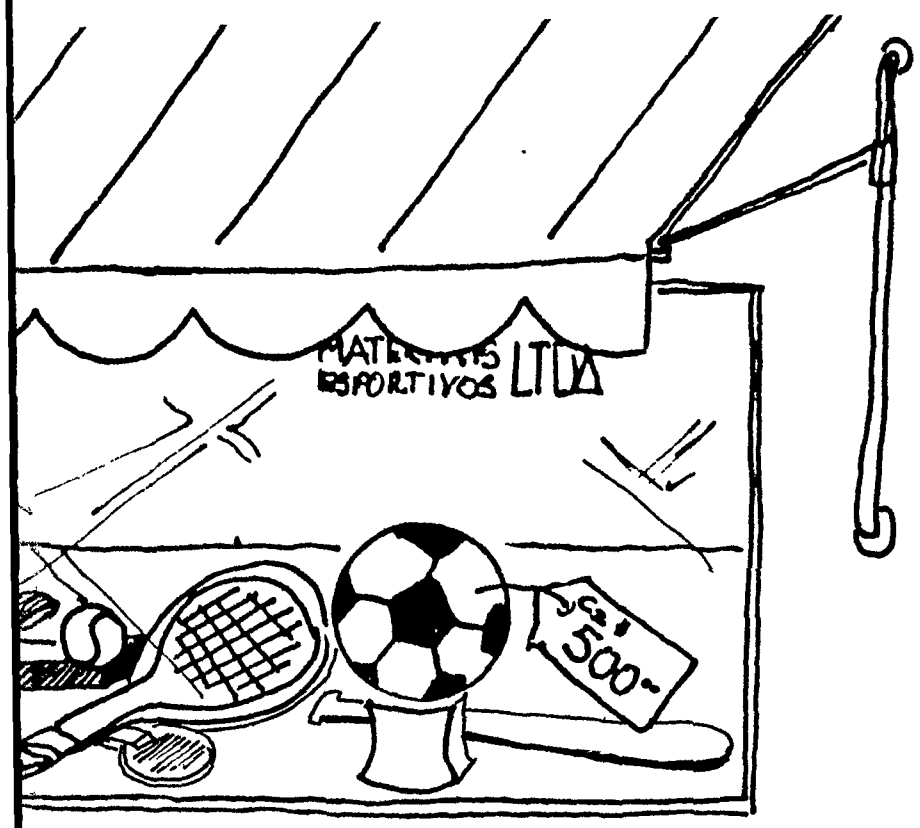
Através da nova Constituição, para o constituinte pernambucano, deverá ficar claro que o respeito ao direito do consumidor é respeito à própria cidadania. Assim, ele crê que a defesa do consumidor passa pela garantia de convivência harmônica entre o homem e o meio ambiente e a preocupação com a qualidade dos insumos, bem como da produção de alimentos não apenas nas indústrias, mas também no próprio campo. Segundo Roberto Freire, a defesa do consumidor não passa somente pelo incremento a órgãos como a Sunab, mas deve ser feita no sentido de prevenir e não de buscar soluções para os problemas surgidos.

O constituinte Aldo Arantes, vice-líder do PC do B, opina que cabe à nova Constituição estabelecer princípios gerais de defesa do consumidor tais como os critérios de qualidade dos produtos, o preço e a margem de lucro, a utili-

Inocêncio Oliveira

Durante as
parlamentare
dignados com
dos em vários
brasileira uma
pa o outro lu
e ainda aspec
dor dos países
mercadorias "
o próprio merc
O constituin
ra, vice-líder d
plo, tem uma
como médico
de medicame
atenção especia
inúmeros os ca
de produtos, al
retas ou incom
propagadas d
mento extremé

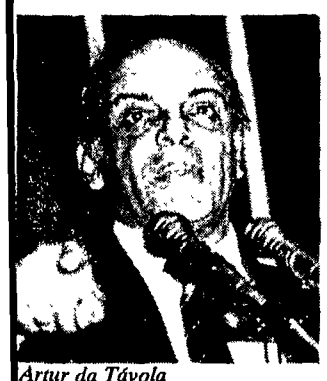
nsumidor

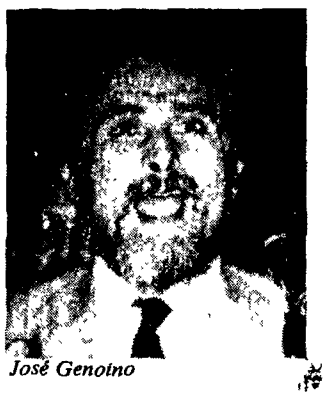


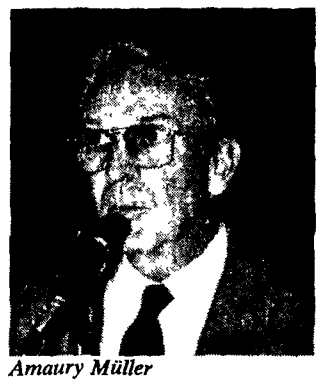
zação de produtos químicos nocivos à saúde humana, entre outros pontos que signifiquem regulamentação da produção e comercialização. O mais importante para Aldo Arantes, portanto, é garantir mecanismos de participação popular para fazer frente a uma máquina governamental inoperante e que se corrompe.

O vice-líder do PT, constituinte José Genoíno, acredita que a questão da defesa do consumidor merece dois destaques. O primeiro, segundo seu ponto de vista, é consagrar o direito constitucional de fiscalização à população, tanto em relação ao preço das mercadorias quanto à própria qualidade. Para José Genoíno, a Constituição precisa garantir instrumentos para que o povo possa exercer os direitos da cidadania, *entre os quais o respeito ao consumidor*. Nessa linha de raciocínio, o parlamentar aponta como medidas importantes o reforço dos órgãos estatais de defesa do consumidor e, ao mesmo tempo, o reforço do vínculo entre os cidadãos e esses organismos. O segundo aspecto da questão, para José Genoíno, é a educação do povo nos seus direitos, cobrando o que achar injusto. Atualmente o cidadão não cobra seus direitos, primeiro em virtude do longo período de repressão e, depois, pela pequena prática democrática do País.

Humberto Martins


Artur da Távola


José Genoíno


Amaury Müller

José Elias Murad

As muitas maneiras de praticar abusos

revistas, muitos mostraram inabusos verificares da economia nomia que ocu*a nível mundial* nais o consumiportadores de e in Brazil" que *interno.*

nocêncio Oliveira, PFL, por exemga experiência cha que o setor s merece uma egundo ele, são de adulteração de bulas incortas, ou mesmo serviços, tratamento que nem sempre produzem o efeito pretendido. Isso sem contar a questão da comercialização no País de produtos farmacêuticos já proibidos no exterior ou de efeitos colaterais ainda *não completamente definidos.*

Essa preocupação é coincidente com a do constituinte José Elias Murad, do PTB de Minas Gerais. Ele *também conviveu com esses* problemas em sua carreira de médico e apresentou à Comissão da Ordem Social proposta que estabelece a proibição de propaganda de serviços, tratamentos ou remédios, exatamente para coibir os abusos nesse setor. Além disso, pela proposta do parlamentar, também estaria proibida a veiculação de anúncios de bebidas alcoólicas e de fumo.

Mas o desrespeito ao consumidor não pára nessa questão. O constituinte Amaury Müller, vice-líder do PDT, acrescenta que o controle de produtos importados *pelos órgãos do Governo continua* muito falho. Ele lembra os recentes episódios de contaminação radioativa do leite e da carne importados da Europa, bem como a qualidade da carne importada da França, que, de acordo com o parlamentar, em seu país de origem é utilizada como ração animal.

Durante o Plano Cruzado, lembra o vice-líder do PC do B, Aldo Arantes, o leque de ataques ao consumidor foi aumentado de forma surpreendente. Basta citar que a indústria começou a utilizar matérias-primas de pior qualidade, foi registrado um maior número de casos de presença de componentes químicos nocivos à saúde, foi constatada a redução das especificações do produto, cujo exemplo *mais gritante foi o da adulte*ração do peso.

O constituinte Siqueira Campos, líder do PDC na Câmara, completa afirmando que o consumidor brasileiro enfrenta uma verdadeira chuva de fraudes todos os dias. Entre os inúmeros exemplos citados pelo parlamentar goiano estão a qualidade dos medicamentos e a estrutura das habitações que são preparadas com misturas mínimas de cimento. A ausência deste produto nas quantidades especificadas torna uma casa altamente insegura.

CPI DA CÂMARA

As denúncias que ainda valem

Em junho de 1976, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Defesa do Consumidor ouvia o seu primeiro depoimento, dando início às suas atividades. Onze anos após a apresentação do relatório final da CPI, entretanto, a pergunta feita em suas conclusões ainda está muito atual: "Seremos consumidores ou consumidos?"

"Vivemos em uma sociedade de consumo em que o maior "consumido" é o próprio consumidor devorado pela publicidade e embalagens de luxo que encobertam produtos inferiores, impelindo-o a comprar, comprar, comprar, sem que haja uma contrapartida de satisfação às suas necessidades ou exigências." "Apelo publicitário desmedido ou a burla de um rótulo enganoso são fatos fraudulentos que ocorrem a cada instante." Frases como essas poderiam ilustrar perfeitamente a rotina do consumidor brasileiro em 1987.

A CPI pedia, na época, maior participação do Governo. "Não devemos nos esquecer que estamos tratando de homens e que o Governo se propõe a ter como meta principal o homem, *o indivíduo, condicionando a economia a proporcionar* bem-estar, a promover e dignificar o cidadão brasileiro." "Um Estado democrático, símbolo da verdade e das aspirações conjuntas de um povo, em especial de um povo jovem como o nosso, deve tomar a bandeira da defesa de seus cidadãos: consumidores somos todos nós, *110 milhões de brasileiros confiantes* em que o que ingerimos está realmente em condições de nos recompor as forças; em que o remédio que tomamos vai nos curar do mal que nos aflige, confiantes nas condições de segurança dos veículos que dirigimos, confiantes em que pagamos o preço *justo pela mercadoria que adquirimos.*"

O controle de preços já representava uma preocupação para os parlamentares integrantes da CPI. "No setor de preços, percebemos a necessidade do aumento do controle, partindo do princípio de que é maior o controle sobre os salários do que o exercido sobre os preços. O produtor pode, em regra geral, elevar os seus preços, o consumidor não pode elevar seus salários."

No item alimentação, a preocupação maior da CPI era a garantia não apenas da qualidade e quantidade dos produtos, mas também a justeza do salário mínimo, pois o trabalhador que ganhasse esse salário em 1977 consumia, segundo dados da Comissão, entre 60 e 70% de seu ordenado com alimentação. A Comissão já se preocu*pava com o "poder de compra dos salários"*, justamente para que o trabalhador pudesse ser considerado consumidor.

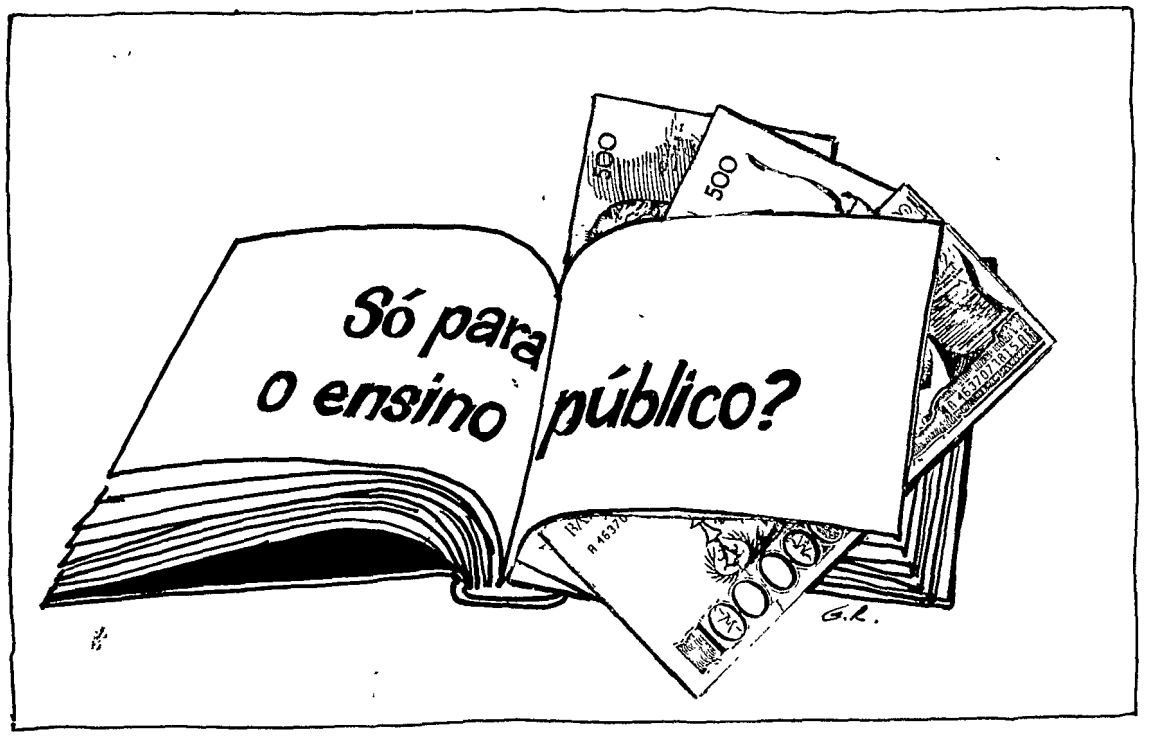
As quatro principais preocupações no item alimentação eram: primeiro, a de garantir para os itens básicos da alimentação uma política asseguradora de normalidade dos preços e certeza de fornecimento; segundo, estimular a criação de dietas básicas regionais, utilizando produtos locais; terceiro, providenciar o estabelecimento de normas técnicas para padronização e controle de qualidade dos alimentos; e, finalmente, a preocupação com o aspecto higiênico-sanitário da produção e comercialização dos produtos.

No item de medicamentos, a CPI mostrou a gravidade do problema para o consumidor em profundidade. As mesmas denúncias que fazem hoje os constituintes Inocêncio Oliveira e José Elias Murad eram levantadas pela Comissão em diversos depoimentos. O mais grave, contudo, foi a denúncia de Jeremy Mitchell, na época subsecretário-geral do Departamento de Preços e Proteção ao Consumidor da Inglaterra, ao afirmar que *13* medicamentos proibidos nos Estados Unidos estavam sendo vendidos livremente no Brasil. Eram hormônios sintéticos, de uso restrito nos Estados Unidos, que haviam sido transformados no Brasil, graças a uma elaborada estratégia de *marketing*, em populares fortificantes para crianças e estimulantes de apetite.

E a questão do amparo legal ao consumidor? Segundo o relatório final, do então deputado Gerson Camata, relator da CPI, os organismos de defesa do consumidor se mostravam ainda com atuação pouco eficiente. E apontava como causa do problema "a legislação existente, completamente descodificada e desatualizada, pela falta de uma justiça especializada para julgar rapidamente os crimes praticados contra o consumidor no mercado, pelo pouco entrosamento com organismos governamentais que trabalham no mesmo setor, pela pouca conscientização do povo pelos seus direitos".

Como se pode constatar, a realidade do consumidor brasileiro, com ou sem Plano Cruzado, não parece ter sofrido profundas modificações. As medidas propostas não saíram do papel, apesar do esforço do Congresso Nacional, concretizado na Cartilha do Consumidor elaborada pela Comissão de Defesa do Consumidor, da Câmara dos Deputados, e na posterior CPI da Contaminação dos Alimentos. A história não se repete, ela apenas permanece igual.

O destino do dinheiro na Educação



O anteprojeto da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e da Tecnologia e da Comunicação não foi aprovado nem teve um substitutivo. À Comissão de Sistematização foram encaminhados os anteprojetos das subcomissões e, também, o anteprojeto rejeitado. O relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral (PMDB — AM), informou ter aproveitado o trabalho efetuado naquela Comissão, mas os debates e as emendas é que iriam traduzir a vontade da maioria.

Entre as que geraram o impasse, uma das áreas mais polêmicas, a da educação, monopolizou o debate de uma das sessões da Comissão de Sistematização. Nela, vários constituintes expressaram as suas idéias.

No setor da Educação, Bernardo Cabral diz que os debates e as emendas traduzirão a vontade da maioria

O destino das verbas públicas no setor da educação centralizou os debates de uma das reuniões da Comissão de Sistematização, durante o exame do texto relativo ao tema, feito a pedido da constituinte Sandra Cavalcanti (PFL — RJ). E a indagação principal, em torno da qual giraram os argumentos foi esta: deve o dinheiro público ir exclusivamente para a escola pública ou a escola privada também deve recebê-lo como apoio ao papel que desempenha? Mas outros aspectos também mereceram atenção, como o salário-educação.

Como se recorda, o anteprojeto da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação não chegou a ser concluído, visto que o anteprojeto do relator Artur da Távola (PMDB — RJ) foi recusado pela Comissão e não foi votado o texto defendido pelos que o rejeitaram.

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB — AM) disse em seu relatório ter aproveitado ao máximo o trabalho daquela Comissão, deixando, porém, aos debates e às emendas o espaço necessário para traduzir a vontade da maioria.

A constituinte Sandra Cavalcanti (PFL — RJ), dentre as várias emendas de adequação, apresentou uma que retira do texto do anteprojeto a expressão que só permite a aplicação de verbas nos estabelecimentos de ensino privados "em casos excepcionais". Para a representante carioca, os casos excepcionais, se não forem definidos em lei, ficarão ao arbítrio de qualquer autoridade".

SALÁRIO-EDUCAÇÂO

Por sua vez, o constituinte Carlos Sant'Anna (PMDB — BA) alertou a Comissão de Sistematização para a questão do salário-educação. Segundo observou, o artigo 342 do anteprojeto declara que a folha de salários é base exclusiva da seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo.

"Já o art. 339 — aduziu — estabelece que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, voltado para assegurar o direito social relativo à saúde, à Previdência e Assistência Social." Isto significa, segundo o Líder do Governo na Constituinte, que, se permanecer como está, a Constituição extinguirá o salário-educação através de suas quotas federal e estadual. O deputado Carlos Sant'Anna anunciou, também, que iria apresentar, com um grupo de companheiros, emendas para ressalvar o salário-educação e não permitir a sua extinção através de dispositivo constitucional.

Já o constituinte Octávio Elísio (PMDB — MG), depois de destacar que o anteprojeto da Comissão de Sistematização procurou seguir o documento que foi produto de negociação na Comissão competente, assinalou que o referido anteprojeto se adequou muito mais à proposta defendida pela constituinte Sandra Cavalcanti, na questão referente à aplicação dos recursos públicos para a educação. Segundo o parlamentar, a defesa da exclusividade do uso das verbas públicas para as escolas públicas — tese sustentada por ele — está inteiramente ligada àquilo que foi a grande motivação de todos os constituintes da Comissão "que queriam fazer um anteprojeto que marcasse, neste fim de século XX, um compromisso, de fato, deste País com a educação, que leve à superação do analfabetismo, ao equilíbrio da oferta e da demanda de escolas em todos os níveis, e que a educação não continue a ser, como é até hoje, a vergonha nacional". Octávio Elísio lembrou, ainda, a omissão do texto constitucional, no art. 383, no que se refere à responsabilidade dos Municípios com relação ao ensino pré-escolar.

O constituinte Artur da Távola, relator da referida Comissão, acentuando a exigüidade dos prazos regimentais para a elaboração dos anteprojetos e para a sua reformulação e debate, observou que "houve um certo movimento para jogar sobre o seu relatório a pecha de estatizante e radical". Ele afirmou que "o tema fundamental em discussão no capítulo da educação era da destinação das verbas públicas; todos os demais encontram formas de entendimento e aceitação". Conforme o constituinte, a profunda mudança de qualidade do ensino confessional determinava uma posição que deveria levar os membros da Comissão a uma atitude diversa do antagonismo frontal que caracterizou a votação, em 1959, da Lei de Diretrizes e Bases. "Naquela ocasião — frisou — polarizaram-se a corrente que defendia a exclusividade das verbas para a escola pública e a corrente privatista".

QUALIDADE

O relator da Comissão da Educação observou, ainda, que com o regime autoritário implantado em 1964, no Brasil, passamos a viver uma ditadura do capital, instrumentada diretamente pelo estado autoritário, processo que provocou um esvaziamento gradativo e crescente da escola pública, com o empobrecimento de sua qualidade. Para Artur da Távola, o grande argumento usado, hoje, contra a escola pública, é o da queda da qualidade. "Argumento extremanente solerte — acrescentou —, porque a escola foi deliberadamente derruída e sofreu as conseqüências desta demolição e vem a ser inquinada, hoje, como uma má escola que se quer dar ao povo brasileiro."

CARÊNCIA

Favorável à concessão de recursos públicos para as entidades privadas de ensino, o constituinte Eraldo Tinoco (PFL — BA) observou que, apesar de não discordar do princípio geral da utilização das verbas públicas para as escolas oficiais, entende que esse princípio deve ser compatibilizado com outras normas da própria Constituição para que não haja, na prática, o não atendimento dos dispositivos constitucionais, como tem sido, segundo disse uma praxe na área de educação. Salientando que sua preocupação maior na questão da aplicação de verbas é com o aluno, Eraldo Tinoco argumentou que em muitas localidades do País não existe, ainda, uma oferta do ensino público. "Por isso enfatizou — sabemos que o texto constitucional aprovado, mesmo com a destinação de verbas no percentual aqui previsto (o texto constitucional estabeleceu o percentual de 18% do orçamento público para a educação) não redundará, imediatamente, na construção, na instalação e criação de escolas públicas, em todos os pontos do Território Nacional, para o atendimento do alunado."

SEGURIDADE

Preocupado com um tema que indiretamente atinge, também, a área da educação, não obstante tenha sido tratado pela Comissão da Ordem Social, o constituinte Gerson Peres (PDS — PA) criticou a adoção, pelo anteprojeto do relator, do instituto da seguridade social exclusiva. Conforme explicou, o artigo 313 do anteprojeto da Comissão de Sistematização assegurou que sobre a folha de salário dos trabalhadores não poderá incidir qualquer tributo ou contribuição. O que impede que entidades como o SESC, o SENAI, o SESI, o SENAC possam ser mantidas.

Segundo Gerson Peres, essas entidades que tratam da parte assistencial e também da formação de técnicos e profissionais especializados, são mantidas pela contribuição dos empregadores que dão a maior parte e dos empregados, que contribuem com 1 a 2 por cento sobre o montante da folha de pagamento. Ele lembrou que o SENAI treina e profissionaliza cerca de cinco milhões de brasileiros, preparando mão-de-obra qualificada para a indústria, com recursos dos empregadores e sem nenhuma contribuição do Estado. "Esse organismo, que goza do mais alto conceito internacional — assinalou — praticamente desaparecerá."

Gerson Peres observou que o artigo 313 do anteprojeto do relator elimina, também, outras entidades que amparam associados, como as do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia e até os institutos parlamentares, "tirando a oportunidade da segurança de muitos brasileiros que não precisariam recorrer a outros institutos ou à própria Previdência" — frisou.

Eleições Gerais após a Carta

A promulgação da nova Constituição cria no País nova ordem política e jurídica. O povo deve então escolher seus novos dirigentes. O Constituinte Álvaro Valle (PL — RJ) justifica, em duas frases, emenda aditiva que apresentou ao anteprojeto da Comissão de Sistematização e que estabelece eleições gerais 120 dias após ser promulgada a Constituição, para presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos e vereadores.

Segundo a emenda, o presidente da República, governadores e prefeitos e seus vices poderão candidatar-se a qualquer cargo, inclusive à reeleição, não sendo necessária desincompatibilização de qualquer cargo ou função.

Para o Constituinte Jamil Haddad (PSB — RJ), a eleição do presidente da República pelo período de quatro anos é a que mais se afeiçoa com a tradição republicana.

Haddad propõe também que a Constituição, após promulgada, seja, no prazo de 60 dias, submetida ao referendo do eleitorado nacional, que poderá aprová-la, no todo ou em parte.

Um dia inteiro de fila resulta em 5.607 emendas

REFORMA AGRÁRIA

O Constituinte Rosa Prata (PMDB — MG) restaura, em suas emendas, o texto aprovado na Comissão da Ordem Econômica sobre a reforma agrária. Por exemplo, "compete à União promover a reforma agrária, pela desapropriação, por interesse social, da propriedade territorial rural improdutiva, em zonas prioritárias, mediante pagamento de prévia e justa indenização". E mais: "A indenização das terras nuas poderá ser paga em títulos da dívida agrária, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis em até 20 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescida dos juros legais. A indenização das benfeitorias será sempre feita previamente em dinheiro."

Já o Constituinte Haroldo Lima (PC do B — BA) emenda o anteprojeto a fim de estabelecer que "os critérios para determinar o valor e a forma de indenização por desapropriação, constem da Constituição ou de leis, sempre levarão em conta o não uso, o uso meramente especulativo do bem desapropriado nos últimos 3 anos e, se bem de produção, a média da produtividade no mesmo período, além da significação econômica do ato expropriatório em relação ao patrimônio do expropriado, considerada a base de garantia de seus dependentes".

Ainda na esfera da reforma agrária, o Constituinte Amaury Müller (PDT — RS) inclui dispositivo determinando que a função social é cumprida quando o imóvel também observa o limite máximo de área fixado em lei. Pergunta Müller: "Como aceitar que, em nome do direito de propriedade, pessoas jurídicas e mesmo físicas, estrangeiras ou nacionais, detenham imensas áreas de terra, sem que a lei estabeleça limites que consultem o interesse do País."

RESERVA DE MERCADO

Por considerar medida fundamental para que a reserva de mercado funcione em seus objetivos (cortando o cordão umbilical que, porventura, ligue a empresa a proteger com matriz no exterior), o constituinte Renato Vianna (PMDB — SC) apresentou emenda considerando empresa nacional, ressalvadas as demais conceituações constantes na Constituição, a pessoa jurídica constituída por brasileiros ou estrangeiros domiciliados por mais de 10 anos no Território Nacional, e nele sediados, com capital não sujeito a ônus por financiamentos externos, nem a remessa de juros, dividendos ou **royalties** para o exterior, por parte de qualquer dos acionistas.

CIDADE

Na elaboração e implantação dos planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano, o Poder Público deverá garantir a participação da comunidade.

Começa assim emenda do Constituinte Roberto Freire (PCB — PE), estabelecendo ainda que o poder municipal assegurará a participação popular através de audiências públicas, promovidas pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais; comissões municipais de urbanismo; conselhos comunitários e plebiscito ou referendo popular.

Freire diz que, a partir do momento em que se "garanta os mecanismos de participação da comunidade na gestão democrática da cidade, estaremos evoluindo para um encaminhamento satisfatório das questões que abrangem desde os assentamentos habitacionais, passando pela preservação ambiental e histórica, contribuindo para a democratização do uso do solo urbano".

NOVOS ESTADOS

O Constituinte Jorge Leite (PMDB — RJ) defende, em uma de suas emendas, que qualquer divisão territorial deve ser precedida de consulta popular, mediante plebiscito.

Mas o Constituinte Siqueira Campos (PDC — GO) pretende que lei complementar discipline a criação de Estados e Territórios, de competência exclusiva do Congresso Nacional. Segundo ele, a redação do anteprojeto da Comissão de Sistematização é um retrocesso, pois repete, quase literalmente, o texto da Carta de 46, ao exigir o voto das assembléias legislativas, plebiscito das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional.

PENA DE MORTE

A adoção da pena de morte nas hipóteses de lei militar em tempo de guerra externa, de assalto, roubo, seqüestro e estupro, seguidos de morte, foi novamente apresentada em emenda pelo Constituinte Amaral Netto. Ele propõe também que a instituição da pena seja submetida a plebiscito dentro de 120 dias da promulgação da Constituição.

Por entender que existe uma diferença entre censura de opinião e de costumes "a primeira é inadmissível", o Constituinte Theodoro Mendes (PMDB— SP) quer suprimir no texto do anteprojeto expressão que não permite censura para as diversões e os espetáculos públicos, incluídos os programas de televisão e rádio, que, no texto, ficariam sujeitos às leis de proteção da sociedade.

Emenda do Constituinte José Elias Murad (PTB — MG) determina que o Poder Público estabelecerá como de caráter prioritário as ações de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, garantindo a continuidade e a execução dos programas materno-infantis, pela rede básica de saúde. Murad afirma que a prática tem demonstrado que a área materno-infantil, embora conhecida como prioritária sob o ângulo social, não tem sido observada na definição e na implementação de políticos e programas de saúde: "As altas taxas de morbi-mortalidade demonstram claramente a situação da infância brasileira."

APOSENTADORIA

A aposentadoria, tanto para o homem como para a mulher, deve ser aos 30 anos de trabalho, conforme emenda do Constituinte Cid Sabóia de Carvalho (PMDB — CE), que diz não haver razão para desigualdade de direitos entre homens e mulheres — "a aposentadoria deve ser uma só, independentemente de sexo".

Outro Constituinte, Iram Saraiva (PMDB — GO), defende aposentadoria aos 30 anos para o homem e aos 25 anos para a mulher. Ele diz que "grande parte do contingente de trabalhadores do País ingressa muito cedo na força de trabalho. Existe uma enorme diversidade de atividades que exigem grandes esforços e provocam desgastes físico e mental. A medida se justifica para que possam, em pleno vigor, gozar os benefícios da aposentadoria e usufruir os frutos de seu trabalho".

Pelo PT, o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva (SP) propõe que nenhum tipo de imposto incida sobre proventos de aposentadoria e pensões.

Emenda do Constituinte Geovani Borges (PFL — AP) fixa o salário-família a razão de 10% do salário mínimo, por dependentes dos trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos mensais.

Por sua vez, o Constituinte Bocayuva Cunha (PDT — RJ) estende ao trabalhador direito de recusa ao trabalho em ambiente sem controle de riscos, com garantia e permanência no emprego.

DEFENSOR DO POVO

Emenda do Constituinte Francisco Diógenes (PDS — AC) suprime a criação da Defensoria do Povo, "já que as suas atribuições confundem-se com as atribuições típicas do sistema legislativo e do sistema judiciário".

Os Constituintes Francisco Dornelles (PFL — RJ) e Gerson Peres (PDS — PA) não desejam a criação do Conselho de Ouvidores nos municípios. O primeiro afirma que os tribunais de contas estaduais e municipais já cumprem a contento a função "serão, portanto, organismos desnecessários e, sobretudo, onerosos"; o segundo acredita que o Conselho conflitará com a Câmara Municipal e será motivo de perturbação política no município.

CONSTITUINTE

A Assembléia Nacional Constituinte está convocada novamente para o ano 2001. É o que pretende o Constituinte Uldurico Pinto (PMDB — BA), sob a argumentação de que será uma Constituinte onde vai imperar o princípio de que o poder é o próprio povo.

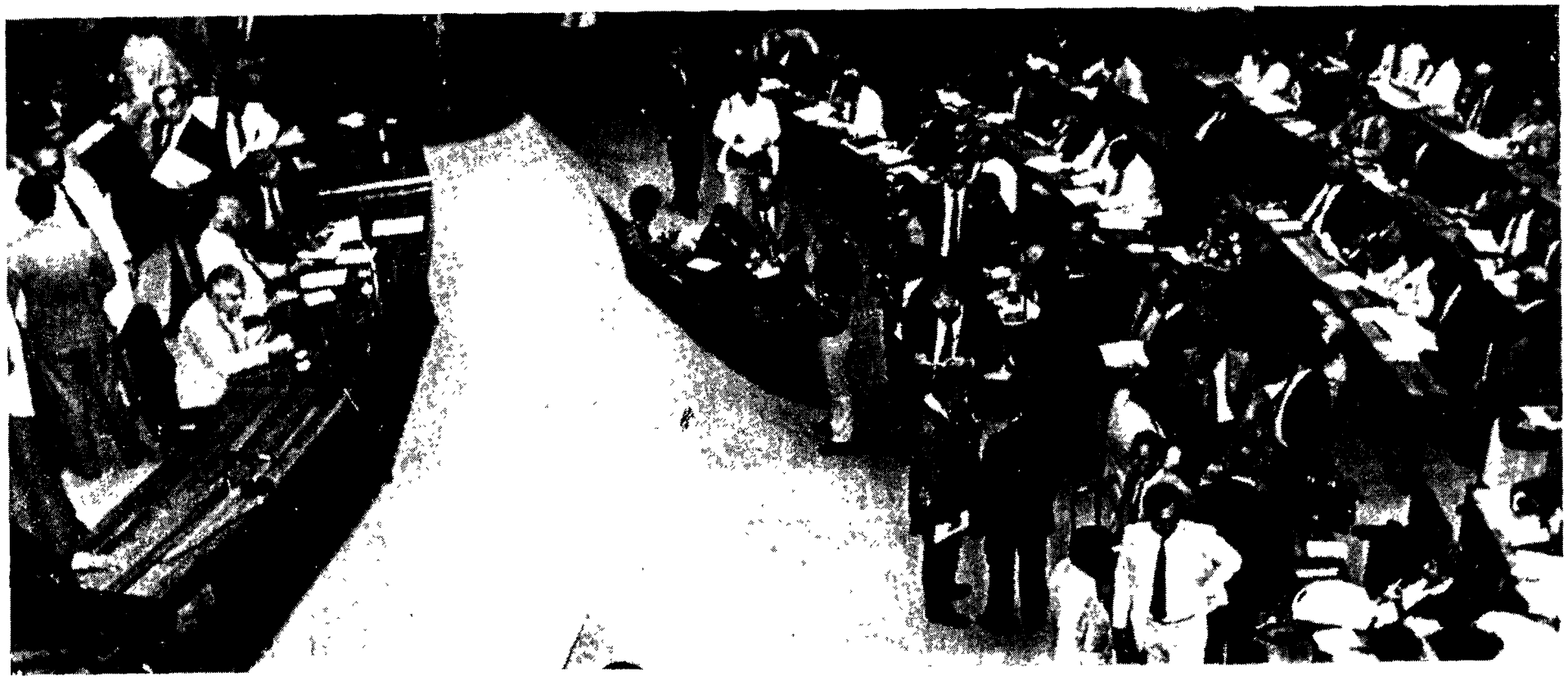
Para o Constituinte José Maria Eymael (PDC — SP), deve ser acrescentado no capítulo sobre o sistema tributário nacional uma seção referente às garantias do contribuinte, "que estão contempladas no anteprojeto em normas esparsas".

A Etapa da Adequação

Depois do trabalho de compatibilização dos textos das comissões temáticas, feita pelo relator, a Comissão de Sistematização passa agora à fase de adequar o anteprojeto. Cerca de 5.607 emendas de adequação foram apresentadas até quinta-feira à noite, modificando, acrescentando e suprimindo dispositivos. Emendas de mérito só são admitidas quanto ao preâmbulo e à matéria sobre família, educação e cultura, ciência e tecnologia, comunicação e menor, em face da inexistência de texto final da comissão temática.

Com a adequação o anteprojeto ficará mais enxuto. Só o Constituinte Wilson Martins (PMDB — MS) sugeriu a supressão de meia centena de dispositivos. Muitos constituintes mostraram-se em dificuldades para identificar possíveis equívocos de compatilização em face do volume e complexidade da matéria. Outros sustentaram a conveniência de ser admitida emenda que, indo além da adequação pura e simples, permita de fato aperfeiçoar o texto considerado falho ou incoerente. Por isso, numerosas emendas apresentadas são, na verdade, de mérito. Caberá ao relator e, depois, ao plenário da Comissão, decidirem se as aceitam ou não. O relator Bernardo Cabral — que poderá ter um substituto designado pelo presidente da Comissão, se for necessário — tem prazo até terça-feira para dar o seu parecer às emendas. Mas esse prazo poderá ser dilatado, segundo admitiu o Vice-Presidente da Comissão, Aluízio Campos (PMDB — PB), se o Relator solicitá-lo, diante do número de emendas e pelo trabalho que desejar, afinal, apresentar à Comissão, fazendo ampla revisão do texto do anteprojeto. De qualquer forma, até 15 de julho estará pronto, enfim, o projeto de Constituição, que irá ao Plenário da Assembléia Nacional.

Uma semana de muitos temas



Plenário avalia relatório Cabral

O anteprojeto da Comissão de Sistematização que o Relator Bernardo Cabral apresentou ao Presidente Ulysses Guimarães e ao País, repercutiu em plenário, revelando, a partir das reações, seu caráter polêmico e ao mesmo tempo abrangente. A análise do que pode vir a ser a nova Constituição brasileira vem provocando nos constituintes diferentes observações.

Não faltaram vozes, de crítica, de elogio, e de compreensão. Em nome do PMDB, Paulo Macarini (SC) qualificou o anteprojeto como sendo a expressão do ecletismo da sociedade brasileira e considerou que as contradições e superposições de propostas existentes no trabalho do Relator Bernardo Cabral podem ser sanadas. A seu ver, a próxima etapa do processo da Constituinte deverá transformar a proposição numa Carta que dará os rumos à política brasileira, através das emendas populares e das negociações entre os partidos políticos.

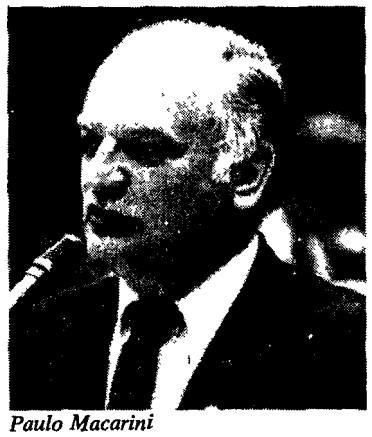
Já a Constituinte Cristina Tavares (PMDB — PE) disse enxergar nas críticas ao relatório de Bernardo Cabral uma tentativa de atingir não a figura do parlamentar, mas uma forma de arranhar a soberania da Constituinte. Mas, ainda assim, ressaltou que o resultado dos trabalhos até agora não disfarça o ranço do conservadorismo da Constituição.

Apesar de críticas, análises otimistas e pessimistas, a posição dos constituintes foi em favor da supremacia da Constituinte. A repercussão maior ficou por conta do anúncio de que o Presidente Sarney estaria buscando elaborar um substitutivo ao anteprojeto. O Constituinte Plínio Arruda Sampaio (PT — SP), e o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA) responderam em nome da soberania da Assembléia. Este último afirmou ser a Constituinte a única instituição em condições morais de oferecer alternativas de avanços institucionais para a sociedade brasileira, apesar de "débil e frágil".

O Presidente José Sarney — voltou a falar a Constituinte Cristina Tavares — talvez quisesse ser um Dom Pedro I, que, pelo fato de o texto constituinte não estar saindo de acordo com seus desejos, dissolveu a Assembléia e impôs à Nação a Constituição como queria que ela fosse.

Já o Constituinte Plínio Arruda Sampaio, do PT, apelou ao Presidente Ulysses Guimarães no sentido de que repudie a tentativa de interferência do Planalto na Constituinte.

O assunto, porém, encerrou-se quando, em reunião do Presidente Ulysses Guimarães com os líderes de todos os partidos, foi decidido que não serão aceitas emendas substitutivas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, conforme estabelece o Regimento Interno.



Paulo Macarini

Na semana dominada por manifestações de rua no Rio e pela exposição do Plano Bresser em concorrida sessão matutina da Câmara, o plenáriio da Constituinte movimentou-se ao pôr também em debate temas que obtiveram igual atenção. A manifestação dos líderes de partido contra um recesso da ANC preconizado pelo Senador José Richa foi mote de boa aceitação, assim como o pedido do ex-líder Pimenta da Veiga por diretas em 88.

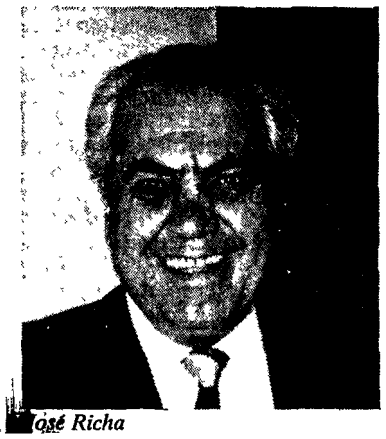
Recesso da ANC: idéia não vingou

A declaração do Constituinte José Richa, sugerindo que a Assembléia Nacional Constituinte entrasse em recesso temporário, sob a argumentação de que a gravidade do momento não proporcionaria tranqüilidade necessária à elaboração da nova Carta, foi rejeitada pelas lideranças do PC do B, PDC, PDS e PDT.

Líder do PC do B, Constituinte Haroldo Lima, entendeu que "quem deveria ficar em recesso é o Governo Federal, e passar-se imediatamente para as diretas".

Para ele a proposta do Senador José Richa, "homem ligado às hostes do Poder", traz em seu bojo a idéia de fazer o País voltar à calmaria.

Enquanto isso, o líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro, fez ver que tanto José Richa quanto os setores civis e militares querem ditar regras. Ele acusou a Maioria de ter abdicado, desde o início do funcionamento da Constituinte, de sua própria soberania, ao ponto — lembrou — de ter-se falado até em substitutivo preparado no Planalto para a nova Carta.



José Richa

Por seu turno, o Constituinte Adylson Motta (RS) fez questão de manifestar sua estranheza diante do fato de as declarações de seu colega José Richa terem sido feitas através da imprensa quando, a seu ver, o foro adequado para tal proposição seria o próprio Plenário da Constituinte. Além disso, falou de sua discordância inclusive quanto à motivação invocada pelo senador para o recesso, ou seja, a gravidade do momento. Adylson Motta observou que é precisamente nos momentos difíceis que se necessita do remédio constitucional.

Ele aproveitou para convocar seus pares para uma união de esforços, concessões e transigências para que o texto final da nova Constituição venha a ser "aquele que possibilite um Brasil melhor e mais forte".

José Richa foi defendido pelo Constituinte Paulo Macarini (PMDB — SC), que minimizou a declaração, afirmando que as palavras do constituinte paranaense não possuem a abrangência interpretada pelos parlamentares e a imprensa. Mas não deixou de discordar da idéia de um recesso da Constituinte, acentuando que a Assembléia não só deve manter-se em funcionamento no curso da atual crise, como vigilante, "para que não se frustrem as esperanças que o povo brasileiro nela deposita"

A proposta de José Richa foi sepultada na ocasião da reunião das lideranças partidárias com Ulysses Guimarães, quando ficou decidido por unanimidade que os trabalhos da Constituinte não serão paralisados. Segundo declarou, posteriormente, o Presidente da ANC, a tarefa de escrever a nova Carta deve ser terminada o mais breve possível.

Plano Bresser em debate

Pimenta quer "diretas" no ano que vem

"Eleições diretas a 15 de novembro de 1988 foi o que pregou o Constituinte Pimenta da Veiga, ex-Líder do PMDB na Câmara, de volta à tribuna.

Pimenta da Veiga afirmou em sua pregação:

"E imperativo que o Presidente consiga se livrar do cerco de seus acólitos, dos que, vizinhos ao Chefe do Governo, vêem o exercício da Presidência da República apenas pela mesquinha ótica da satisfação de seus interesses pessoais, que, equivocadamente, e, quem sabe, até maldosamente, sugerem uma permanência no poder, hoje indesejada pelo povo. Se o Presidente agir poderá reencontrar-se com seu povo, com seu partido e consigo mesmo, propondo, por iniciativa própria a esta Assembléia Nacional Constituinte, a marcação de eleições presidenciais para 15 de novembro de 1988."

Nisso, Pimenta da Veiga é prolongadamente aplaudido.

E, saudando-o, os apartes se sucederam: de Egídio Ferreira Lima (PMDB — PE); Gilson Machado (PFL — PE); Virgílio Guimarães (PT — MG); Osvaldo Macedo (PMDB — PR); José Mendonça de Morais (PMDB — MG); Haroldo Lima (BA), Líder do PC do B; Jorge Hage (PMDB — BA); Octávio Elísio (PMDB — MG); Brandão Monteiro (RJ), Líder do PDT; Nelson Aguiar (PMDB — ES); e Juthay Júnior (PMDB — BA.)

A sessão chegou ao fim e teve de ser prorrogada, sob a presidência, sucessivamente, do paraense Constituinte Jorge Arbage, do PDS, e do acreano Constituinte Mário Maia, do PDT. E, para o orador, o Presidente Sarney descumpriu, a um só tempo, o que fora estabelecido por Tancredo e por ele próprio na campanha eleitoral: afastou-se de segmento considerável de seu partido, o PMDB; invadiu a competência exclusiva da Assembléia Nacional Constituinte; e, em conseqüencia de tudo isso, perdeu preciosos pontos de sua credibilidade.

"O PMDB terá de voltar às ruas para prestar contas ao povo e para reciclar-se, se não quiser por em risco o seu futuro — finalizou Pimenta da Veiga.

Pimenta da Veiga

A exposição de Bresser na Câmara repercutiu na Constituinte

Os assuntos econômicos receberam dos constituintes uma atenção redobrada, seja pela presença do Ministro Bresser Pereira, da Fazenda, no Plenário da Câmara dos Deputados, seja pelas notícias que dão conta de crescentes índices de desemprego por todo o País. Alguns parlamentares, como o Líder do PDT, Brandão Monteiro, mais parlamentares de partidos trabalhistas, como o PTB, e o PT, bem como o PCB e o PC do B, dirigiram severas críticas ao Plano Bresser de reajuste econômico.

O Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) participa da mesma opinião e culpa o Governo por uma recessão e uma crescente carga tributária em toda a sociedade. O líder do PT, Luiz Inácio da Silva protestou porque, a seu ver, o Plano Bresser dá sinais claros de que a economia do País adotou a política de recessão.

O PFL, de seu lado, revelou preocupação com os assalariados de baixa renda, principalmente os que ganham apenas um salário mínimo. O Deputado Eraldo Trindade, do Amapá, anunciou a intenção do Governo em corrigir o salário mínimo em níveis mais condizentes com a realidade brasileira.

O clima de desespero está instalado no País, sustentou o Constituinte Mário Lima (PMDB — BA), para quem a família trabalhadora brasileira vive o fantasma do desemprego e da fome.

Um espetáculo de ilusionismo, foi como o Constituinte Gumercindo Milhomem (SP), no exercício da liderança do PT, qualificou a política econômica. Segundo sublinhou, o Governo mente ao tentar convencer a sociedade brasileira de que não existe perda salarial para o trabalhdor.

Para o Constituinte Adroaldo Streck (PDT — RS) o Presidente Sarney não tem credibilidade perante a opinião pública e esta é a principal razão dos grandes problemas que enfrenta o seu Governo, principalmente no que se refere à economia. No seu entendimento, Sarney só tem a saída de dar oportunidade para um governo de transição pela via das eleições diretas.

O Líder do PTB, Gastone Righi (SP) cobrou do Governo sacrifícios para os bancos que, a seu ver, não receberam nenhuma cota de sacrifício no Plano Bresser.

Bresser Pereira foi criticado também por constituintes do PMDB. Ruy Nedel (RS) protestou contra a insensibilidade do Ministro da Fazenda em relação à política de subsídios agrícolas, que foram retirados. Afirmou o parlamentar que a agricultura vive uma grande crise de produção e que, ao contrário, precisa de mais incentivos.

Desalento. Foi a reação que o Líder em exercício do PDC, José Maria Eymael, disse ter sentido com relação ao Plano Bresser. O parlamentar é da opinião que as pequenas e médias empresas continuam numa situação séria. O Plano está fadado ao fracasso, garantiu Augusto Carvalho (DF) em nome do PCB.

Analisada a manifestação no Rio

Os tumultos nas ruas do Rio de Janeiro têm sido motivo de observação e análise dos parlamentares constituintes, em especial das lideranças.

O Constituinte Ubiratan Aguiar, do PMDB do Ceará, comenta a insatisfação popular e endossa a proposta do Líder do PDT, Brandão Monteiro, de que o momento é de crise e requer a união de todas as forças políticas comprometidas com o processo de democratização.

Já o Constituinte baiano Manoel Castro, do PFL, atribui à manifestação popular ocorrida no Rio "o caráter de revolta do povo contra a política do Governo com relação aos transportes coletivos".

Daí, para Castro, a necessidade da aplicação imediata do Plano Nacional de Transportes de Massa, a cargo da EBTU.

A liderança do PL, através do Constituinte Adolfo Oliveira (RJ) repudiou a violência das manifestações no Rio de Janeiro contra o aumento das passagens de ônibus urbanos, salientando que não é dessa maneira que se constrói uma sociedade soberana.

A outra manifestação — a contrária ao Presidente José Sarney, também no Rio de Janeiro —, foi objeto de protesto do Constituinte maranhense Costa Ferreira, do PFL. Ferreira considera o fato "um achincalhe contra a autoridade constituída, por parte de poucos anarquistas que querem prejudicar a marcha democrática".

Mário Covas, Brandão Monteiro, Sandra Cavalcanti e outros Líderes Foram a Brossard

E para o Constituinte Gustavo de Faria, do PMDB do Rio Janeiro, a entrevista do ex-Governador Leonel Brizola, recomendando que em vez de violência o povo vaiasse o Presidente Sarney onde quer que ele fosse visto, "significa insuflar a população contra o Poder constituído".

O pernambucano Nilson Gibson, do PMDB, solidarizou-se com o Presidente José Sarney pelo episódio da semana passada no Rio, enquanto outro pernambucano, Oswaldo Lima Filho, também, do PMDB, lamentou o descaso das autoridades pela situação dos transportes urbanos, que leva a explosões como a do Rio.

Os Líderes Mário Covas, do PMDB; Sandra Cavalcanti, do PFL; Vivaldo Barbosa, do PDT; Arnaldo Faria de Sá, do PTB; Luiz Inácio Lula da Silva, do PT; Mauro Borges, do PDC; Roberto Freire, do PCB; Haroldo Lima, do PC do B; e Jamil Haddad, do PSB, com o endosso de constituintes de vários partidos, foram ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, requerer, que, na apuração dos fatos relativos às manifestações contra o Presidente da República, no Rio de Janeiro, a Polícia Federal seja instruída no sentido de não adotar a Lei de Segurança Nacional para tipificar as possíveis transgressões à lei ali verificadas e, em seu lugar, seja invocada a lei penal comum, que melhor disciplina a matéria, e que não se realizem prisões de pessoas sem os pressupostos do mandado judicial.

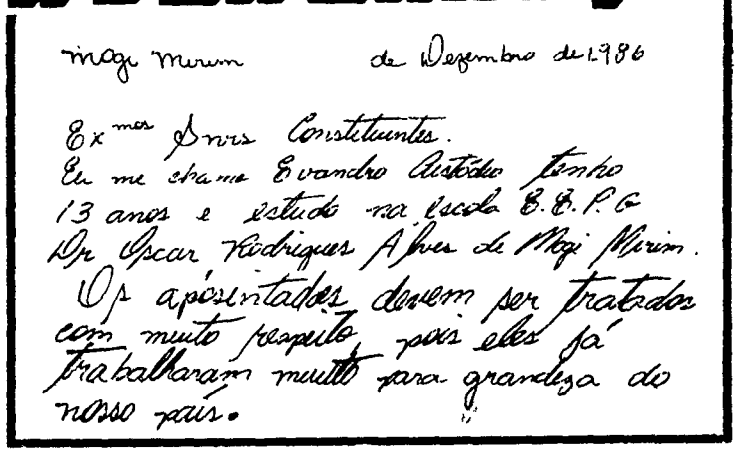
Brandão Monteiro, do PDT, foi enfático ao criticar a aplicação da Lei de Segurança Nacional, como volta ao passado.

O Líder do PCB, Constituinte Roberto Freire (PE), disse estranhar que, a essa altura, o Governo recorra à Lei de Segurança Nacional para aplicar contra manifestantes de rua "um entulho da ditadura". O mesmo pensamento foi expresso por Haroldo Lima (BA), do PC do B.

Ressaltando que é contra qualquer violência ou agressão, "como de resto o é todo o povo brasileiro", o Constituinte Adhemar de Barros Filho também se diz contrário à intenção governamental de transferir para a esfera da Lei de Segurança Nacional o enquadramento dos responsáveis pelos tumultos no Rio.

Por fim, o Constituinte Francisco Küster (PMDB — SC) assegura que o ressurgimento da LSN contra manifestações populares tem como objetivo criar um clima para, a pretexto de proteger a integridade física dos parlamentares, afastar o povo do recinto do Congresso durante a votação da futura Constituição.

ESCREVA A SUA CARTA


Moji Mirim 12 de Dezembro de 1986

Exmos Srrs Constituintes.
Eu me chamo Evandro Custódio Lemos
13 anos e estudo na escola E.E.P.G.
Dr Oscar Rodrigues Alves de Moji Mirim.
Os aposentados devem ser tratados
com muito respeito pois eles já
trabalharam muito para grandeza do
nosso país.

Esta página é destinada a você, leitor.

Escrevendo, você manda sugestões para os Constituintes.

A idéia é participar sempre mais.

Crianças excepcionais

Srs. Constituintes,

Política global em todos os níveis, que vise à defesa dos interesses da mulher, garantindo o encaminhamento das questões políticas, jurídicas, sociais e econômicas. Melhoria no atendimento médico e educacional às crianças excepcionais. Um programa de conscientização à população de baixa renda sobre o controle da natalidade. (...)

Eliane da Silva Malaquias
Florianópolis — SC

Punição às mães

Srs. Constituintes,

(...) Todos nós somos responsáveis pelo menor abandonado. Por isso eu peço que seja elaborada uma legislação que venha a punir mães que tão facilmente colocam filhos no mundo. Para tanto, teriam elas de responder a processo, com penalidade que varie de 1 a 2 anos de prisão, sem direito a fiança, pois esse é o maior crime na face da terra.

Vicente Olímpio Ferreira
Arapongas — PR

Normas e princípios

Srs. Constituintes,

Como a Constituição é um conjunto de normas e princípios, conseqüência do pensamento político de um povo, a primeira sugestão aos constituintes é a de que não procurem regular mínimos detalhes de um assunto. Lancem princípios, dando oportunidade a uma maior permanência desses na sociedade. Procurem elaborar uma Constituição que dê reais oportunidades ao povo de se desenvolver intelectual e socialmente. (...)

José Carlos Vaz Dias
Brasília — DF

Causas e conseqüências

Srs. Constituintes,

Queria que, além de toda a atenção que vem sendo dada, e a que queremos dar na nova Constituição ao problema do menor abandonado, que combatêssemos não só a conseqüência, mas a causa também. Que educássemos a população, que a mesma seja informada de que existem métodos anticoncepcionais naturais e artificiais. Pois não adianta combater as ervas daninhas, sendo que as suas sementes estão no chão esperando a nova estação das chuvas.

Pedro Franco Dutra Júnior
Ituiutaba — MG

Agricultores arrendatários

Srs. Constituintes,

Por uma Constituição de leis claras e objetivas. Que todos os réus condenados cumpram suas penas trabalhando e produzindo sem direito a lucros; toda seriedade com a questão da educação; toda a justiça para as classes produtoras, principalmente os agricultores arrendatários e trabalhadores braçais; (...) descentralização da administração pública em todas as áreas e em todos os níveis; leis que promovam o fortalecimento da comunidade, o respeito à preservação da natureza e o vigor e a disciplina das propagandas de consumo.

Ana Balbina Dias
Goiatuba — GO

Patrimônio nacional

Srs. Constituintes,

Transformação da floresta amazônica e do Pantanal mato-grossense em patrimônio público nacional. Criação de um órgão com autonomia econômica, jurídica e administrativa que disponha de verbas suficientes, dadas pela União, para fazer uma rigorosa fiscalização na extração das riquezas vegetais, minerais e naturais da floresta amazônica e do Pantanal mato-grossense. (...)

Jaime de Cássio Miguel
Santo Antônio do Jardim — SP

Crimes contra a ecologia

Srs. Constituintes,

Maior rigor na fiscalização dos crimes contra a ecologia no Brasil, tais como: pesca da baleia, caça ilegal de animais, inclusive no Pantanal. Que as penalidades não se limitem a simples multas ou falsas apreensões.

Andréa Dias
Campinas — SP

Reservas biológicas

Srs. Constituintes,

Parques e reservas biológicas: auto-suficiência de recursos humanos e financeiros; maior rigor na demarcação, na fiscalização e na aplicação das penas judiciais para os incendiários de matas e campos e os caçadores de animais e aves. Controle de turismo.

Abeci José Teles
Brasília — DF

Constituição humana

Srs. Constituintes,

Sugiro uma Constituição mais humana, dando mais atenção às pessoas, ao ser humano, com todos os seus direitos, de saúde, higiene, educação, moradia, trabalho e alimentação. (...) O menor abandonado também não deve ser esquecido, seu lar, sua educação e sua higiene. (...) Creio que todos nós queremos o melhor para o nosso País. (...)

Carla de Pinho de Oliveira
Rio de Janeiro — RJ

Direito à aposentadoria

Srs. Constituintes,

Fica assegurado a todo cidadão com mais de 60 anos de idade e que não tenha vínculo com a Previdência Social, não tenha emprego nem carteira profissional assinada e tenha prestado serviços por mais de 5 (cinco) anos às Forças Armadas, inclusive polícias militares, o direito a uma aposentadoria proporcional ao tempo de serviço prestado. (...)

Walter Fernandes de Oliveira
Campinas — SP

Presídios agrícolas

Srs. Constituintes,

Restringir o salário dos vereadores, para que eles ganhem no máximo 10 salários mínimos; criação de presídios agrícolas para que os presos trabalhem para se sustentar; todo crime de morte deve ser punido com prisão perpétua independente de como o crime ocorrer. (...) Estudo gratuito para todos os jovens para que o aluno entre na 1ª série e saia da escola somente quando terminar a faculdade. (...)

João Tadeu Fernandes
Campinas — SP

Preços justos

Srs. Constituintes,

Que na futura Constituição haja uma lei que determine preços justos para os produtos agrícolas. Valorização do homem da terra, como trabalhador e pessoa humana. Transporte gratuito para toda população de baixa renda e para os funcionários públicos municipais. (...) Que nosso sistema de ensino seja modernizado; toda criança de 1º grau permaneça na escola 8 horas diárias, com conforto.

Patrícia de Oliveira Alonso
Catanduva — SP

Proibição do carnaval

Srs. Constituintes,

Espero que a nova Constituição abranja os interesses do povo em geral, e que essas novas leis não fiquem apenas no papel. Pois a maioria das leis brasileiras só ficam no papel. (...) A nova Constituição devia visar, também, à proibição do carnaval, pois, enquanto bilhões são gastos com o carnaval, milhões de brasileiros passam fome.

Márcio Moreira Rezende
Curvelo — MG

Criação de albergues

Srs. Constituintes,

Tenho poucas sugestões a dar. Uma das principais é: criação de vários órgãos de assistência a menores abandonados e recuperação de infratores; assistência ao idoso, para quem hoje em dia ninguém liga; (...) criação da pena de morte, que seria o ideal para a situação absurda em que este País se encontra. Criação de albergues para mendigos. (...)

Dirico Gomes de Barros
São Vicente — SP

Controle da natalidade

Srs. Constituintes,

Toda família tem direito ao controle da natalidade; sendo assim, toda mulher cuja família ganhe menos de dois salários mínimos tem direito a fazer a operação de ligadura (estrangulamento das trompas) em qualquer hospital público federal, estadual ou municipal ou conveniado com o Inamps ou mesmo outra instituição de assistência médico-hospitalar e a medicamentos gratuitamente. (...)

José Antônio da Silva Pinto
Riachão do Jacuípe — BA

Abrigo-escola

Srs. Constituintes,

Criação do abrigo-escola, de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, para os mendigos e as crianças sem lar, que lhes proporcionaria total assistência, inclusive trabalho, profissionalização, divertimento e remuneração. Cumprimento da lei que instituiu o salário mínimo e da que proíbe o usuário de fumar nos transportes coletivos rodoviários.

Daniel Câmara
Belém — PA

Ajuda ao menor

Srs. Constituintes,

A minha sugestão é que o menor abandonado tenha uma ajuda. Que ele receba alimentação, assistência médica e odontológica, escola, um trabalho específico desenvolvido em cada região para que os ajude a ter responsabilidade, caráter e, sobretudo, amor próprio e autoconfiança. Que tenha um órgão específico que cuide para que todos os menores abandonados recebam esses benefícios. Gostaria que houvesse controle de natalidade no País, porque assim não existiria tanta fome e tristeza. As crianças seriam mais bem tratadas e o índice de mortalidade pela desnutrição diminuiria bastante.

Maria Aparecida Monteiro
Curvelo — MG

Educação religiosa

Srs. Constituintes,

Que a educação religiosa seja mantida na nova Constituição brasileira, garantida pelo Estado, em todas as escolas, como parte integrante do sistema de ensino, respeitando a pluralidade religiosa do povo brasileiro. Que se dê importância à formação permanente de educadores; mais atenção ao menor abandonado, à violência, à discriminação social, ao idoso e aos excepcionais.

Sônia Maria Schiano
Sabaudia — PR

Serviçal de escola

Srs. Constituintes,

Aposentadoria para serviçal das escolas estaduais com dez ou com quinze anos de serviço, sendo que com quinze anos o salário da aposentadoria seja melhor. Aposentadoria com o tempo certo de serviço para aquelas que agüentarem o tempo todo. Dar mais facilidade para a gente conseguir licença de saúde. (...)

Ney Maria dos Santos Dutra
São Pedro dos Ferros — MG

Idade para concurso

Srs. Constituintes,

A minha sugestão é sobre concursos, em todas as suas áreas, e seus procedimentos. Para começar, gostaria de falar sobre a proteção "pistolão". Todo candidato a concurso precisa ter segurança no concurso em que ele for concorrer. (...) Um estudante leva anos para concluir um curso e quando passa num concurso, além do pistolão que lhe falta, às vezes é bloqueado pela idade. (...)

Roberto Pereira de Almeida
Senhor do Bonfim — BA

Combate às drogas

Srs. Constituintes,

Que haja uma lei bem rígida para acabar com o tráfico de drogas, acabar com os plantios e com os centros distribuidores; distribuir folhetos explicativos sobre Aids, como se prevenir, e sobre as drogas, como sair delas e como evitá-las. (...) Criar centros de recuperação de drogados e muitas cadeias agrícolas, para que, trabalhando, eles possam se converter; ensinando religião, por pessoas devidamente preparadas. (...)

Nali Aparecida Serafim Moraes
Pirapozinho — SP

Punição para os pais

Srs. Constituintes,

Tem que haver pena para os pais, quando têm escolas e não colocam os seus filhos. Mais educação para os policiais em geral, porque são muito agressivos, faltam profissionais especializados na área. Empregos para os menores de 15 a 17 anos. Tem que ter uma pena para os pais que têm acima de 3 a 4 filhos.

Curso para as pessoas analfabetas poderem votar, uma vez que a maioria delas não sabe nem preencher uma ficha eleitoral.

Railton H. Faria
Taguatinga — DF

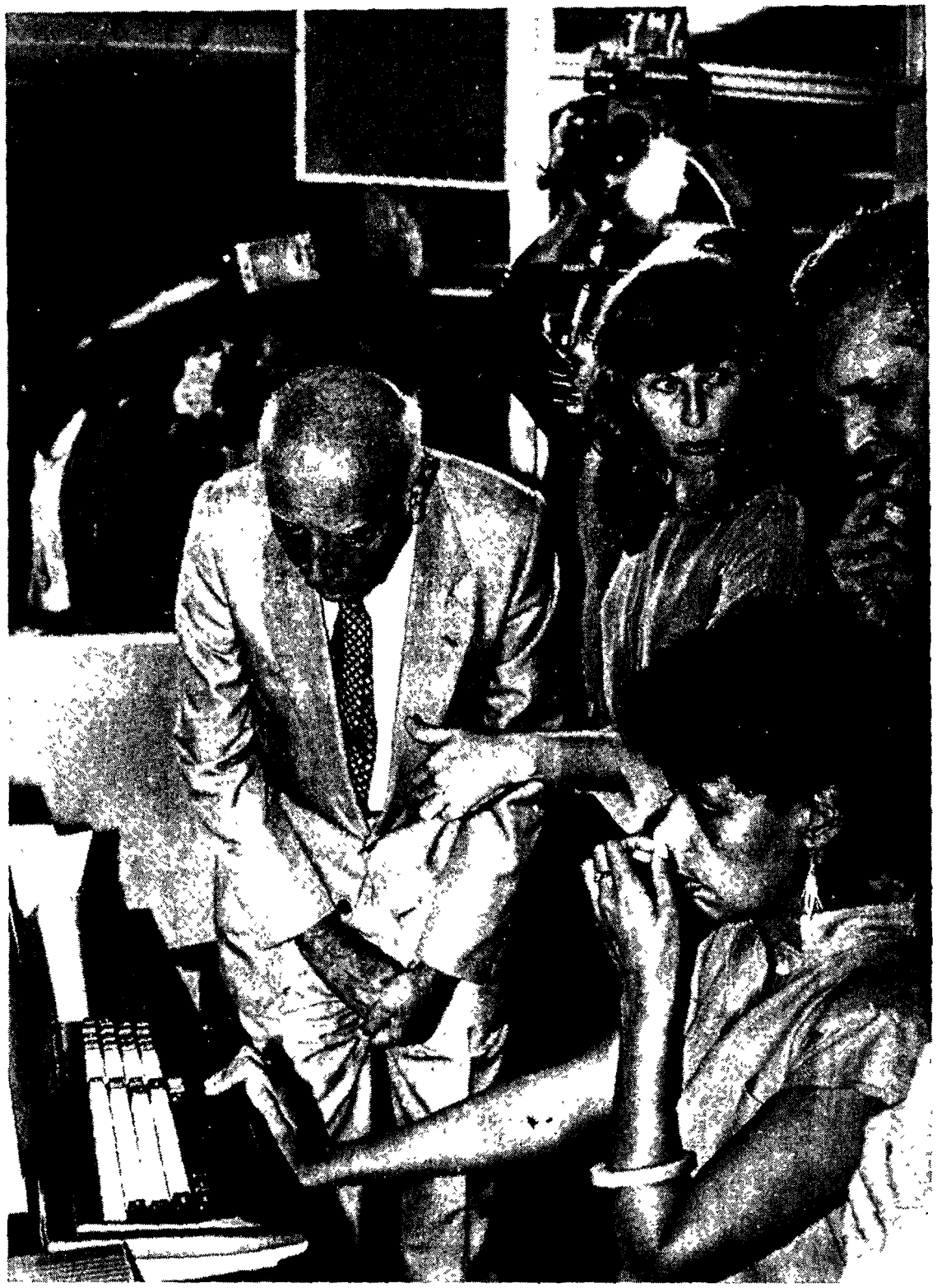
O apoio técnico à Constituinte

As informações de suporte de um grande acervo bibliográfico e de vários bancos de dados de computadores, assim como obras valiosas e raras à disposição de senadores e deputados, é de vital importância dentro da dinâmica do processo de criação de uma nova Carta constitucional. O Centro de Documentação e Informação da Câmara e a Secretaria de Documentação e Informação do Senado se constituem num abundante manancial que alimenta, preserva e torna acessível ao público a memória da Constituinte de 1987, pesquisando, arquivando, editando e realizando um trabalho voltado para o futuro e de permanência no tempo.

Nesta edição, o **Jornal da Constituinte** vai abordar o funcionamento e a participação do Centro de Documentação e Informação da Câmara como órgão de apoio para que a Constituinte reúna as condições de escrever uma constituição que seja fruto também de estudos e pesquisas e que fique resguardada para a História. É todo um conjunto de documentação, serviços, acervos históricos, pesquisas e projetos específicos, especialmente criados para a Constituinte. O aspecto cultural e histórico é significativo, a ponto de o Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Promemória, participar do empreendimento batizado de Programa Memória da Constituinte, que reúne informações e debates da ANC, recolhidos em bancos de dados, bibliografia, notícias de jornal, coleções em vídeos, exposições, entrevistas, fotos, cartilhas e propostas da sociedade.

Mas o Centro de Documentação ainda desenvolve outros projetos voltados para a Constituinte. Também com a participação do Ministério da Cultura, foi criada a Sala da Constituinte, cujas atividades se destinam a dar cobertura aos trabalhos da Assembléia. Nos terminais estão, à disposição dos usuários, um acervo documental, servidores capacitados e um atendimento especializado que abrange a execução de pesquisas em documentos e em bancos de dados, ligados a diversos sistemas do Prodasen, Fundação Getúlio Vargas, IBGE e ao "Cirandão" da Embratel. Esse banco de dados, especialmente, permite a ligação constante com 66 cidades brasileiras, onde a população tem todo acesso às informações e ao mesmo tempo pode dar suas sugestões. O contato pode ser feito por telefone, ou via postal, e o material solicitado será enviado ao interessado, sendo cobradas apenas as despesas de correio.

Na sala, os funcionários trabalham na elaboração diária do índice do **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** para facilitar o acesso rápido às informações. Encontra-se à disposição um local para vídeo-teipes e cassetes para divulgação seja da Constituinte seja de outros eventos correlacionados. O acervo disponível contém os textos completos das constituições brasileiras e estrangeiras, a comparação entre essas, normas de direito constitucional e os dados das constituintes do Brasil, desde a primeira, datada de 1823, até a atual. Estão ainda reunidas todas as sugestões apresentadas pela população, matérias veiculadas pela imprensa a partir de 1985, bem como o relatório da Comissão de Estudos Constitucionais, que foi presidida pelo jurista Afonso Arinos. Tais informações, de outro modo, são guardadas em bancos de dados e indexadas de forma a facilitar o uso das mesmas.



O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o ministro da Cultura, Celso Furtado, vêem de perto como funciona o instrumental de apoio reunido na Sala da Constituinte, implantada com o apoio dos Ministérios da Cultura e da Ciência, a Fundação Promemória, a Finep e o CNPq

No que concerne ao banco de dados de anteprojetos e propostas para a Constituição, o número de proposições dá uma dimensão da diversidade e participação da sociedade brasileira. Estão guardadas ali 13 proposituras, incluindo a da comissão de notáveis, e entre as demais, por exemplo, as propostas do PC do B, da CNBB, da OAB, do PCB, da Convenção Nacional do Negro e do Ministério da Cultura.

O Centro de Documentação ainda desenvolve o projeto de indexação dos arquivos de recortes de jornais, através do computador, e o de preservação da História Oral da Constituinte, que objetiva complementar, pelo registro da palavra, a documentação existente e em fase de produção, sempre relacionados com a elaboração da nova Constituição. A proposta é a de desenvolver um programa de entrevistas destinado a colher o testemunho de políticos, funcionários e outras personalidades ligadas ao processo que ensejou a abertura de espaço para a Assembléia Constituinte. A idéia objetiva a criação de fonte documental dirigida exclusivamente aos pesquisadores do futuro, na intenção de preservar-lhes a informação e a prova do período histórico de grande relevo para o Brasil.

ESTRUTURA

A estrutura do Centro de Documentação e Informação e suas quatro coordenações — de Arquivo, Biblioteca, Estudos Legislativos e Publicações — dispõem de um acervo bibliográfico e arquivístico da Câmara dos Deputados, que contém originais escritos, manuscritos e audiovisuais cujas datas se estendem do período histórico referencial da primeira Constituinte, com inventário analítico já publicado. Os documentos da Câmara datam do início do século passado—1826. Existem documentações originais da Constituinte de 1934, arquivo administrativo e legislativo posteriores a 1946 e memórias escritas de publicações e proposições legislativas, com estoque para distribuição, a partir do período de 1959 e atendimento por cópia se a solicitação for anterior a essa data.

O curioso fica por conta do arquivo de recortes de jornais e revistas que pesquisa quatro mil títulos. Desde 1974, o assunto Constituinte começou a ser ventilado pela sociedade brasileira, a partir de manifestações de setores representativos, especialmente a OAB. Nesse tempo, foram ajuntados cerca de 500 recortes de jornais referentes ao tema. A partir da instalação da Constituinte, porém, numa segunda fase, já foram catalogados, até agora, 2.500 recortes de três revistas e oito jornais de circulação nacional.

A biblioteca possui sob sua guarda cerca de 80 mil títulos, num total aproximado de 400 mil volumes. A coleção de periódicos conta com mais de 5 mil títulos que garantem a circulação atualizada de notícias e artigos especializados. São recebidos, diariamente, perto de 30 mil títulos de jornais, originários de vários estados brasileiros. A coleção de obras raras, com 2 mil volumes, guarda documentos preciosos, alguns datados do século XVII e outros que se reportam à criação e desenvolvimento de Brasília.

No que tange à edição de publicações, o Centro elabora um projeto de editoração, através da coordenadoria competente, que abrange desde a fase de diagramação e revisão dos originais até a impressão, fixação das tiragens e distribuição para assembléias legislativas, institutos históricos e geográficos e órgãos similares. A coordenação de estudos, de igual responsabilidade e importância, é uma unidade voltada para análise da produção de textos legais na área federal. A base documental para a coleta de dados é composta de matérias publicadas no **Diário do Congresso Nacional, Diário Oficial** da União e do **Diário da Justiça** Federal.

A PRESSÃO DA SOCIEDADE

"A EDUCAÇÃO É A BASE DE TUDO"

A Constituinte é a Casa de todos. É o fórum da sociedade, disse o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao receber grande caravana de professores. Mestres de todos os pontos do País compareceram à sede do Congresso a fim de levar suas reivindicações e sugestões para a Carta Magna. O professorado está advertindo que sem base educacional o Brasil não terá chances para galgar lugar de destaque no concerto das nações.

ÍNDIOS DEFENDEM A TERRA

A Assembléia Nacional Constituinte recebeu durante a semana passada a visita de índios de muitas comunidades, preocupados com a conquista e garantia de seus direitos no novo texto constitucional. O Senador Ronan Tito, por exemplo, recebeu a visita de um grupo indígena representando a comunidade do Vale do Aripuanã, no Estado do Mato Grosso. Entre as muitas reivindicações e propostas apresentadas pelos índios, o senador destacou a urgente demarcação das terras das reservas, bem como a garantia ao índio da exploração não apenas do solo, mas sobretudo do subsolo da reserva. Essas garantias, segundo os representantes da comunidade do Vale do Aripuanã, assegurariam a participação do elemento indígena na economia brasileira.

Sul do Maranhão pede autonomia

Deputados estaduais, vereadores, empresários e representantes de entidades de trabalhadores da região sul do Maranhão percorreram os gabinetes de todas as lideranças partidárias, para obter apoio à criação do Estado do Maranhão do Sul. A emenda criando o novo Estado, aprovada pela Comissão da Organização dos Estados, é de iniciativa do Deputado Davi Alves Silva (PDS — MA). Segundo a proposta, o novo Estado teria hoje uma população de 832.891 habitantes, envolvendo 20 municípios do sul do Maranhão. A capital seria a cidade de Imperatriz. Na foto, a comissão com o Constituinte Paulo Mincarone, Vice-Presidente da Câmara.

REFORMA AGRÁRIA ÁGIL

A reforma agrária é o tema que mais tem movimentado a Assembléia Nacional Constituinte. Quase todos os dias grupos manifestantes têm comparecido à sede do Congresso Nacional a fim de levar aos constituintes propostas de produtores e trabalhadores rurais, e que deverão ser incluídas na nova Constituição. Os "sem-terras" e os proprietários percorrem os gabinetes das lideranças partidárias a fim de pressionar os constituintes de forma a fazer valer o pensamento dos envolvidos com a reforma agrária. Na foto, lavradores de Goiás, agrupados sob a cúpula da Câmara dos Deputados, manifestam-se por uma reforma agrária mais ágil.